



ESCOLA **de Inovação**  
LUMINOSIDADE SABER E CRIATIVIDADE

SP  
G  
dos Prof  
nde In

Uma sociedade mais justa  
Uma Escola para todos

## LEITURAS



Pereira, João Martins  
**As voltas que o capitalismo (não) deu**  
 Lisboa, Edições Combate, 2008  
 (156 páginas).

João Martins Pereira, falecido em 2008, notabilizou-se no nosso panorama intelectual com livros paradigmáticos, de que destacam "Pensar Portugal Hoje" (1971) e o magnífico "Indústria, Ideologia e Quotidiano" (1974). Em boa hora foram publicadas em livro uma série de artigos do autor, escritos entre 1988 e 1999 no jornal *Combate*. A grande riqueza e perspicácia dos artigos, bem como as limitações de espaço, tornaram embaraçante a nossa escolha. Optámos pela análise que João Martins Pereira fez sobre as relações entre Portugal e União Europeia. Uma das frases-chave da propaganda oficial é, sem dúvida, a da "modernização" da pátria com a entrada na UE. Em que se baseou a tão propalada modernização? A resposta do autor é clara e incisiva: houve uma "modernização" pelo consumo, mas não houve modernização dos processos produtivos. Portugal, um dos elos mais fracos da divisão internacional de trabalho, vê as suas indústrias exportadoras tradicionais em crise profunda e assistiu passivamente ao desaparecimento das indústrias básicas (siderurgia, construção naval, metalomecânica pesada) em atraso irreversível perante o novo paradigma tecnológico. Que restou então? Os padrões e as expectativas de consumo que apenas puderam ser "sustentados" à custa do endividamento crescente das famílias. Mas isso significa que, em geral, os portugueses com os seus computadores de banda larga, telemóveis de 3ª geração e outros *gadgets*, podem ser comparados aos selvagens – com o devido respeito por estes

– fascinados pelas contas de vidro. Com a agravante de que quem não produz coisas também não produz ideias, correndo o risco de se transformar numa espécie de "reserva índia" da UE "folclórica, simpática e baratíssima para os turistas" (p. 25). Ao contrário do que tem acontecido em Portugal, a "modernização", conceito ambíguo e pouco claro, passa necessariamente pela produção, pois é aqui que "convergem as capacidades intelectuais e criativas de uma comunidade: o nível da educação; o espírito de descoberta, de inovação, de criação; o culto da experimentação e da investigação; o gosto pelo trabalho colectivo, etc." (p. 69). Só assim se poderá construir uma sociedade, mais criativa, mais autodeterminada, mais justa e solidária. Mas é precisamente isto que não está a acontecer... ■

## BLOGS



<http://boasociedade.blogspot.com/>

### Boa Sociedade

Blogue de Elísio Estanque

Como o próprio refere no seu blogue, a «Boa Sociedade» será o oposto da sociedade desumanizada que temos. Será aquela que recuperará a dignidade humana dos seus cidadãos, através do combate às injustiças e desigualdades sociais e apoiada na consciência crítica e na acção solidária. É o referencial UTÓPICO de que precisamos para promover a revitalização do Estado Social, da cidadania e do «Espaço Público», combatendo a indiferença, a apatia e a alienação consumista. Natural do Alentejo (Rio de Moinhos – Aljustrel, Beja), passagem pelo Algarve entre os 12–14 anos, fixação e início de actividade profissional em Lisboa (com 16 anos), estudante-trabalhador, licenciatura em sociologia no ISCTE – Lisboa (entre 1981–1985); colocação em Coimbra na FEUC, como assistente; provas de Doutoramento em 1999 sobre "Classe e Comunidade..." um estudo sobre o operariado do calçado em S. João da Madeira. ■



<http://letrapequenaonline.blogspot.com/>

### Letra Pequena

É um Blogue sobre livros (online) para crianças e jovens, actualizado diariamente, de Rita Pimenta, com ilustrações e cabeçalho de Vitor Gaspar. Um bom instrumento de trabalho, a consultar com regularidade. Este blogue é um dos seleccionados pelo jornal Público para seu convidado. ■

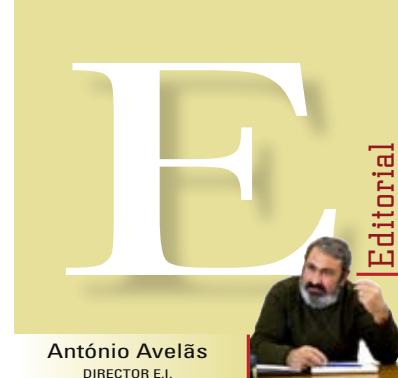
## SITES



<http://passapalavra.info/>

### Passo a Palavra

É um jornal *on-line* do Colectivo Passa Palavra. É um grupo de orientação anti capitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e económicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais. Estão disponíveis no *site*: notícias, artigos de opinião, *cartoons*, denúncias, vídeos, áudios debates e outros materiais informativos de produção própria, visando a construção de uma rede de solidariedade e colaboração entre todos aqueles que lutam contra as injustiças sociais. "Não somos, nem pretendemos ser portadores de uma verdade revolucionária. Por isso, as nossas secções estão abertas e deverão ser enriquecidas e ampliadas com a cooperação dos leitores ou organizações que se sintam identificados com os nossos princípios." ■



António Avelãs  
DIRECTOR E.I.

## SERÁ SÓ ARROGÂNCIA?

*É indispensável que nos preocupemos quando um ministério (neste caso, o da Educação) convoca os sindicatos para com eles negociar matérias mas antes faz publicar legislação aplicando já o que em teoria ainda está a ser discutido. De facto, teoricamente ainda decorrem as negociações obrigatórias sobre as alterações à legislação dos concursos criando situações de excepção para os chamados TEIP; mas o concurso já foi aberto, os agrupamentos com TEIP já foram excluídos do concurso e o ME já definiu como é que esses agrupamentos farão a “escolha” dos futuros professores para as suas escolas. Negociação só para fingir que se cumpre a lei! Uma vergonha. Com as devidas diferenças, isto de considerar as leis como um simulacro e um empecilho que se não cumpre se “incomodar” faz-nos recuar a tempos bem antigos.*

*A quase totalidade dos docentes, boa parte dos conselhos executivos das escolas, metade da Assembleia da República, os nomes mais prestigiados das ciências da educação estão contra o projecto de avaliação de desempenho dos professores e educadores que o ME quer impor aos professores. Mesmo a Comissão Científica de Acompanhamento e o Conselho de Escolas, estruturas nomeadas ou pelo menos dominadas pelo ME, torcem o nariz perante o modelo. Mas que interessa isso a quem, por ter uma maioria absoluta, acha que tem a razão toda? Como classificar quem defende que é perder autoridade reconhecer que errou e, democraticamente, procurar caminhos novos e mais justos?*

*É falso que este ano esteja a haver avaliação dos professores e educadores. O que se passa nas nossas escolas – e as vai corroendo –, no que respeita à “avaliação de desempenho dos docentes” é uma fraude. Mas o que interessa a este ME é convencer a população de que “tudo decorre normalmente”. A mentira não deveria ser um instrumento da democracia.*

*Longe estaríamos nós de imaginar que 35 anos depois do 25 de Abril, uma equipa ministerial, de um governo do Partido Socialista, recorreria sistematicamente à chantagem, à mentira, à pressão ilegítima, para impor aos professores uma legislação unanimemente repudiada, entre outros motivos, porque conduzirá a enormes injustiças e perigosos abusos de poder.*

*Mas mais longe estaríamos ainda de imaginar um Secretário de Estado, em plena Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, apelidar de “coitadinhos” cidadãos que, por profundas convicções éticas e de justiça entendem desobedecer a leis que consideram colidir com a sua dignidade e deontologia profissional. O Sr. Secretário de Estado velou a sua mentalidade rasca e uma enorme falta de respeito para com os cidadãos.*

*Resistir a práticas ditatoriais, enfrentar quem confunde maioria parlamentar com direito ao abuso de poder, é um imperativo para todos aqueles para quem democracia não é palavra vã* ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs . Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, Delfim Campos . Redacção: Lígia Calapez. Paginação e Grafismo: Dora Petinha . Capa: Paulo Machado. Composição: Idalina Martins, Lina Roque . Revisão: Luísa Pereira . Fotos: Jorge Caria . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 29 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

## Neste número:

2 Sugestões

4 BD . Contactos

5 Dossier

*Encontro do 1º Ciclo do Ensino Básico*

18 Cidadania

*A crise do capitalismo: que alternativas?*

19 Reportagem

*O 8 de Março no SPGL*

*António Nóvoa reeleito Reitor da U. L.*

21 Escola/Professores

21. *Conversas ao fim da tarde*

*Violência no namoro*

22. *As portas que Abril ainda não abriu*

23. *Ensino Particular, Cooperativo*

*e IPSS's*

24. *Concursos 2009-2013*

25. *Jornadas Pedagógicas*

26. *Estereótipos de género*

27. *7 de Março, cordão humano*

*13 de Março, manifestação*

28. *Profissionalização pela U. A.*

*Reuniões de Contratados*

29. *25 de Abril*

*Acordo SPGL/SCML*

30. *Estatuto dos docentes em funções*

*noutros ministérios ou serviços*

31 Aos sócios

*Serviços, Protocolos, Cultura*

35 Consultório Jurídico

*Período Probatório*



fotografia - Jorge Caria

## A luta continua

Cerca de 10.000 professores participaram, dia 7 de Março, no cordão humano, acção promovida pela Plataforma Sindical. Dia 13, os professores estiveram também presentes na manifestação da CGTP que juntou 200.000 trabalhadores em Lisboa.

PÁGINA 27



# Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº229 ABRIL 2009

## ■ ENCONTRO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

*Horários dos professores, modo de docência, resposta social, foram os temas do Encontro do 1º Ciclo do Ensino Básico, promovido pelo SPGL em Março, e que é o tema deste Dossier. Um debate que viria a incluir múltiplas vertentes, da formação de professores ao papel social da escola, e que contou, como oradores convidados, com Paulo Sucena, Manuela Esteves, Sérgio Niza, Ariana Cosme e Manuel Micaelo.*

*O Dossier inclui, de par de textos de alguns dos intervenientes, uma síntese das propostas do SPGL para este ciclo de ensino.■*

# A escola, os problemas, as perspectivas

*Horários dos professores, modo de docência, resposta social, os temas centrais do encontro sobre o 1º Ciclo do Ensino Básico promovido pelo SPGL, que teve lugar em 21 de Março em Lisboa, deram lugar a um amplo e alargado debate, abarcando questões tão diversas (e nem por isso menos interligadas) como os desafios à formação de professores, a centralização ou qual é verdadeiramente o papel social da escola. Temas abordados pelos oradores convidados – Paulo Sucena, Manuela Esteves, Sérgio Niza, Ariana Cosme e Manuel Micaelo -, e que igualmente enformaram os momentos de debate e o encerramento do encontro, com Mário Nogueira e António Avelãs.*

**O** confronto entre as sucessivas alterações que têm vindo a ser introduzidas pelas políticas do ME e a necessidade de encontrar respostas no sentido de uma real actualização da escola numa perspectiva de melhor qualidade – foi o mote para a introdução das intervenções e debates. Abordando o tema *Docência no 1º Ciclo: perspectivas e futuro*, **Paulo Sucena** recordou uma preocupante estatística de fins dos anos 90. 4,1% das crianças do 1º Ciclo (mais de 20.000 alunos) levam 7 ou mais anos para fazer os 4 anos deste ciclo de escolaridade. Factos que alertam para questões

centrais como a qualidade das aprendizagens e o êxito (ou inêxito) escolar das crianças. Nesta perspectiva Paulo Sucena referiu-se a diferentes facetas e questões polémicas da realidade actual. Da situação não uniforme dos professores do 1º Ciclo e mais ainda dos monitores das AEC (contratados – mais barato – por entidades privadas), a questões como o ensino do inglês (que sublinhou dever ser integrado no currículo) ou das expressões, ou ainda a importância do domínio da língua portuguesa (o seu não domínio é um dos primeiros motivos de exclusão). Para defender a importância da constituição de equipas educativas, permitindo o

trabalho colaborativo (ou cooperativo), uma cultura de projecto, uma acção partilhada e reflectida.

## Formação de professores Transformações e perspectivas

Partindo de uma análise crítica das transformações que têm tido lugar nos últimos anos, nomeadamente com a adequação ao Processo de Bolonha, **Manuela Esteves** centrou a sua intervenção em torno dos desafios à formação inicial e à formação contínua, sublinhando que a afirmação social da profissão passa pela formação.

De entre os desafios à formação inicial, a oradora destacou a necessidade de ultrapassar o modelo transmissivo; superar a dicotomia teoria-prática (em que a prática é a parte mais pobre da formação); apostar em equipas formativas docentes, integrando docentes do ensino superior e docentes do 1º Ciclo; especializar formadores e supervisores.

Para a formação contínua surgem como desafios – restringindo-nos aqui a breves tópicos - o centrar na resolução de problemas da escola, a relação com o trabalho em contexto, a necessidade de superar formações “escolarizadas”, ou o nível de formação dos formadores.

Em síntese, Manuela Esteves enfatizou a necessidade de participação de todos no debate e na acção colectiva. Uma maior exigência em relação às orientações políticas, às instituições de ensino superior, aos centros de formação. E sublinhou que “é essencial intervir em cada escola”, participar nos planos e sua avaliação.

## Das AEC ao multiculturalismo

“Os miúdos passaram a estar numa mesma cadeira todo o dia...”. No debate que intercalou as intervenções de fundo, a questão das AEC (englobando a forma indigna como os profissionais que aí trabalham estão a ser tratados) e, em particular, o direito da criança a brincar, foi um das notas dominantes.

“O enriquecimento curricular não é martírio curricular”, lembrou Manuela Esteves, “deixemos os miúdos brincar!”. E defendeu a necessidade de uma campanha pela melhoria das AEC. Envolvendo espaços adequados, a integração de outros profissionais num projecto da responsabilidade do professor, a distinção entre tempos para brincar e actividades educativas.

O domínio da língua portuguesa, e nomeadamente o aprendizado da língua portuguesa por crianças

oriundas de outros países (numa escola hoje decididamente multicultural) foi outro dos temas debatidos. “O que se faz em prol destas crianças imigrantes?”, questionou-se.

Há reflexão sobre a multiculturalidade, lembrou Paulo Sucena. Mas essa reflexão não se reflecte, em geral, na prática. Tanto mais que “o sistema não é favorável aos que investigam, aos que inovam”.

## Para lá da racionalidade empresarial

A “racionalidade empresarial do

sistema de ensino” foi um primeiro tema da intervenção de **Sérgio Niza**. “Os directores vão comandar as nossas vidas”, alertou, lembrando que quem inventou a racionalidade do trabalho foi a escola, nos séculos XVI-XVII, numa perspectiva de selecção para a hierarquia da igreja. Tratava-se de “ensinar muitas crianças como se fossem uma só”.

Para o actual ME a aposta é nesta racionalidade empresarial. E a tendência é mais burocracia, uma centralização feroz.

Num quadro em que o que está em causa não é assegurar direitos de cidadania aos alunos, mas



simplesmente poupar, em que a pressa em “mudar sem reflectir”, o “esbanjamento de energias e de vaidades” impera (de que o orador apresentou como exemplo a proposta conservadora do currículo de Língua Portuguesa), Sérgio Niza defende a necessidade de participação nas associações pedagógicas. Ou seja, que os professores, enquanto trabalhadores intelectuais, colaborem entre si “para a construção do conhecimento profissional decorrente das suas próprias práticas de ensino” (e lembrou que, nos cursos de formação actuais, apenas 8 a 11% corresponde a formação para a prática).

Já no quadro do debate, Sérgio Niza abordou a emergência contraditória do currículo de Matemática, um exemplo de trabalho estruturado, de reflexão alargada, em que pela primeira vez se articulam cultura universitária e cultura pedagógica. E sublinhou que, apesar dos momentos difíceis, “não temos que nos desencantar”. Pois, como disse Marx, “a vida evolui contraditoriamente”.

### A função social da escola

“A função social da escola é criar boas condições para aprender”. Invocando Paulo Freire (ninguém ensina ninguém, ninguém aprende sozinho, os homens aprendem em comum mediatizados pelo mundo), Ariana Cosme defendeu, de forma inequívoca, o papel específico da escola como “instituição insubstituível” que, entretanto, “não está sozinha no processo de socialização”.

“Quem tem que preparar bons funcionários para a SONAE é a SONAE”, considerou. E defendeu, invocando palavras de António Nóvoa, que “a escola tem que emagrecer funções”. Não ignorando embora essa profusão de temas que vão da floresta à segurança rodoviária, passando pelos diabetes, mas apostando no fundamental – a Física, a Matemática, a História, as Ciências. Fundamental porque, para além

do mais, “ajuda a pensar como pessoas”.

Numa escola massificada e heterogénea como é a escola actual, falta a etapa seguinte: a democratização do sucesso. O que implica fazer melhor, diversificar formas de trabalhar, afirmar com força o projecto cultural, desde o 1º Ciclo. Tentar responder à questão: “como é que eu estímulo o desejo de aprender?”

No fundo o sentido da escola, do trabalho dos professores, será ajudar a olhar.

### As propostas do SPGL

Contraopondo-se à desvalorização do 1º Ciclo, que tem vindo a ser prática corrente, o SPGL apresenta as suas próprias propostas para a sua valorização e dignificação.

Manuel Micaelo referiu os relatórios do CNE e o da “pretensa” OCDE, para salientar que também aí são referidos aspectos negativos como a desarticulação das políticas e os inconvenientes de dias escolares longos.

Assim, o SPGL defende que o que é curricular (todas as áreas curriculares, nomeadamente a língua inglesa, por uma questão de equidade, e as expressões) deve competir à escola. O que não é curricular deve ser da responsabilidade de outros profissionais qualificados, em espaços apropriados, preferencialmente fora da escola.

Impõe-se assim a extinção deste modelo de AEC e o reforço das actividades curriculares com a criação de equipas educativas.

Em causa estão também, naturalmente, os horários e, em geral, as condições de trabalho dos professores.

“Há horas para entrar, mas nunca se sabe quando se sai”, sublinhou Manuel Micaelo, lembrando que as AEC contribuíram ainda para aumentar a carga horária dos professores e que o tempo para os alunos é escasso. O que reforça também a importância das equipas educativas.

A reorganização da rede escolar, com o encerramento de escolas a

eito, é outro dos alvos de crítica. Tal como criação de agrupamentos e mega-agrupamentos sem o acordo das comunidades e sem condições para a participação nos órgãos de gestão das escolas.

### Livro Negro e dimensão criativa e humana

“A FENPROF de há muito defende a necessidade de renovação e requalificação do 1º Ciclo”, lembrou Mário Nogueira numa intervenção de encerramento do Encontro em que sublinhou, também, a urgência da criação de equipas educativas.


Entretanto - as opções do ME pelo mais fácil, mais barato, mais desqualificado, um modelo de gestão ditatorial, passando pela selecção – não negociada - de professores (por exemplo – o director nomeia dois professores e tratam entre si da contratação), os muitos problemas específicos e gerais que hoje se fazem sentir na(s) escola(s) – serão objecto de



um Livro Negro da FENPROF. “Nenhum de nós fará da profissão docente um ritual”, afirmou António Avelãs no fim dos trabalhos, sublinhando a “dimensão criativa e humana” do trabalho dos professores. Carpe diem – foi a despedida.■

LC





# Uma Escola. Uma Profissão. Um Futuro

## Propostas do SPGL

O Departamento do 1º CEB do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

### Regime de docência

Recentemente, o Ministério da Educação (ME), fundamentando-se num estudo do Conselho Nacional de Educação (CNE), lançou o debate em volta destes regimes distintos de docência, especialmente em relação aos dois primeiros ciclos do Ensino Básico. A questão coloca-se especialmente no 2º CEB, sugerindo o ME a alteração do regime de docência desse ciclo de ensino, aproximando-o do 1º CEB.

Apesar do enfoque ser o 2ºCEB, a discussão em volta da monodocência do 1ºCEB é igualmente colocada em cima da mesa para discussão. A FENPROF e o SPGL têm discutido esta questão e apresentaram já, em diversas ocasiões, uma alternativa à monodocência, nomeadamente a constituição de equipas educativas.

Não se pretende um processo que leve à pluridocência existente nos outros níveis de ensino, nem a uma organização pluridisciplinar do 1º CEB que nos parece totalmente desadequada. A opção que o SPGL propõe, na esteira das propostas já aprovadas nos órgãos da FENPROF, nomeadamente no seu último Congresso, é a **instituição de Equipas Educativas como modo de docência no 1º Ciclo do Ensino Básico**. A esse respeito reiteramos o que então aprovámos:

“(50) Seguindo pelo caminho apontado na Lei de Bases do Sistema Educativo, a FENPROF defende a constituição de equipas educativas que viabilizem o

cumprimento das diferentes áreas curriculares, onde os professores trabalham em conjunto, planificam e articulam, num trabalho mais cooperativo, articulado e sustentado, com ganhos significativos para as aprendizagens dos alunos. No 1º Ciclo o ensino deve ser globalizante, da responsabilidade de um professor que integra e coordena uma equipa educativa. (51) As equipas educativas de cada escola ou grupo de escolas devem ser constituídas por um conjunto de professores profissionalizados para a docência neste nível de ensino, com formações diferenciadas, de forma a dar resposta às necessidades de organização pedagógica e de cumprimento do currículo”.

A opção preconizada pelo SPGL e pela FENPROF mantém que o ensino neste ciclo seja globalizante. O acesso ao conhecimento deverá passar primeiro por uma abordagem integrada, seguida de um aprofundamento por áreas especializadas.

No que diz respeito aos professores, as equipas educativas permitirão o fim do trabalho isolado e promoverão o desenvolvimento de projectos de ensino-aprendizagem de maior qualidade, mais aprofundados, planificados, executados e avaliados em conjunto.

### Horários e condições de trabalho dos Professores

Ao abordarmos a questão dos horários de trabalho dos professores há uma dis-

tinção que se nos afigura prévia a qualquer discussão e que tem a ver com a diferença entre duração do trabalho e horário de trabalho.

O Estatuto da Carreira Docente, no seu art. 76º nº 1, estatui que a duração do trabalho do pessoal docente é de 35 horas semanais, à semelhança do que se passa com os restantes funcionários e agentes.

É ainda o ECD que especifica que o período de trabalho é constituído por uma componente lectiva e uma componente não lectiva, prevendo para os professores do 1º ciclo uma componente lectiva de 25 horas semanais (art. 77 nº 1). É frequente confundir-se o conceito de duração do trabalho com o de horário de trabalho. Para a nossa análise interessa-nos fundamentalmente o 1º.

Na verdade, é esta especificidade da profissão docente que, de alguns anos a esta parte, tem sido objecto de acesa discussão e fonte de muitos problemas.

Com a introdução, em 2005, do conceito de ocupação plena dos tempos escolares, a subversão da noção de período de trabalho dos docentes do 1º Ciclo (mas não só) tem sido uma realidade.

As diferentes concepções, ou melhor, a falta de concepção por parte deste Ministério da Educação, do que “cabe” na componente não lectiva, operou um verdadeiro tumulto na vida das escolas. Aos professores passaram a ser atribuídos horários que muitas vezes ultrapassam em muito as 35 horas de trabalho semanal.

O SPGL e a FENPROF há muito que

defendem a necessidade de respostas sociais adequadas às necessidades da vida actual, por um lado; por outro lado é da máxima importância compreender que o tempo livre das crianças e dos jovens deve ser qualificadamente preenchido. Consegui-lo é também um desígnio nosso, contudo, não poderemos é aceitar que continuem a ser atribuídas aos professores cada vez mais funções (que não são suas), responsabilizando-os por todos os dramas sociais, ao mesmo tempo que se lhes fragiliza o prestígio, que se diminui a sua autoridade e que se lhes dificulta o trabalho até ao limite do suportável. É fundamental que se perceba que a lógica do sucesso escolar pode ser determinada por muitos factores, mas passa efectivamente pelo trabalho e pelas condições de trabalho dos professores e alunos, bem como pela motivação e que seria muito simples se as questões sociais e educativas se resolvessem apenas com o milagre da ocupação plena dos tempos escolares dos alunos.

Alguma da perturbação que a escola tem vivido nos últimos tempos prende-se com as dificuldades organizacionais provocados pela implementação das medidas avançadas pelo Ministério da Educação no que aos horários diz respeito. De facto, não consta que a regulamentação da componente não lectiva de trabalho dos professores e a imposição de mais horas de trabalho na escola tenha potenciado ganhos concretos. Quando falamos do prolongamento do horário dos alunos do 1º CEB até às 17.30h temos presente que estas crianças têm de facto mais escola. O que não está provado é que tenham melhor escola. Não basta arrumar meninos e ocupá-los a qualquer preço para se resolver a questão. Não basta sobrecarregar o período de trabalho dos professores para se ter uma resposta qualificada.

Melhor Escola passa por melhores condições de trabalho, maior autonomia e capacidade de intervenção, criação de parcerias educativas, apoio qualificado e estruturado de acompanhamento aos alunos, dinâmicas participadas e reflexivas para a construção de projectos e até algo tão simples como a existência de recursos de apoio ao trabalho de professores e alunos como computadores, gabinetes de trabalho, salas de convívio, equipamentos desportivos, refeitórios que não sejam salas de aula



e existência de técnicos qualificados ao serviço da escola (Psicólogos, Enfermeiros, Assistentes Sociais, etc., etc.)

## Actividades de Enriquecimento Curricular

O conceito de “Escola a tempo inteiro”, introduzido pelo Ministério da Educação nesta legislatura e concretizado nas Actividades de Enriquecimento Curricular (e muitas vezes utilizado na comunicação social como uma das grandes conquistas do Governo, no que se refere à Educação) pretendia ser uma resposta às necessidades sentidas pelas famílias. A sua operacionalização apresenta, no entanto, diversos erros e lacunas que nos impedem de a catalogar como uma iniciativa de sucesso ou como uma resposta social de qualidade.

Mesmo o próprio conceito de “Escola a tempo inteiro” na forma em que é defendido pelos responsáveis por este Ministério (“a escola tem de servir a sociedade e os pais”), esquece que, antes de tudo a Escola deve servir os alunos e não é sobrecarregando-os com horas na escola, (especialmente quando estas actividades supostamente extracurriculares adquirem uma forma demasiadamente “escolarizante”) que se vai contribuir para um efectivo desenvolvimento integral das crianças. A apressada implementação ao nível de todo o país destas actividades, levou a que, por vezes, fossem utilizados espaços físicos pouco adequados. Também a insuficiência de pessoal não-docente que assegure a segurança dos alunos durante a mais alargada permanência na escola, revela a forma descuidada e precipitada como foi feita a legislação regulamentadora da chamada “Escola a tempo inteiro”.

Contrariamente ao que seria pedagogicamente aconselhável, verifica-se que, em várias escolas, o horário das actividades curriculares é “construído” de forma a adaptar-se aos horários das A.E.C. e não o contrário. Torna-se assim o “essencial” em “acessório” e o que deveria ser complementar acaba por aparecer como central.

É evidente que quando as actividades lectivas são interrompidas mais que uma vez ao longo do dia, para que se encaixem nas conveniências dos horários das A.E.C., não é possível que exista uma coerente continuidade pedagógica, prejudicando assim o processo de ensino/aprendizagem.

A legislação que regulamenta estas actividades despromoveu ainda áreas curriculares disciplinares (Expressões) para actividades extracurriculares, esvaziando-as da sua importância e empobrecendo o currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico.

No que se refere aos monitores das A.E.C. tem-se assistido a situações de grande precariedade laboral (pagos através de recibos-verdes) e pequena compensação financeira que, por vezes nem cobre as verbas despendidas na deslocação até ao local onde as actividades se realizam.

Não existindo uma tabela que estabeleça o valor das remunerações a auferir pelos professores destas actividades, assiste-se frequentemente a enormes discrepâncias entre as verbas recebidas por pessoas com as mesmas habilitações e a exercerem funções idênticas. Sendo muitos dos professores das A.E.C. contratados através de instituições privadas, o Ministério da Educação acaba, com este modelo, por privatizar uma parte do currículo nacional do 1º ciclo do ensino básico.

## Em síntese

O SPGL, além de reafirmar as posições da FENPROF sobre a organização da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e sobre os direitos dos professores que aí trabalham, pretende chamar a atenção para um conjunto de aspectos que identificou como centrais na defesa da escola pública de qualidade para todos e na melhoria significativa das condições de trabalho dos professores e das professoras, nomeadamente:

A alteração profunda e séria das chamadas “Actividades de Enriquecimento Curricular” promovendo a clarificação entre o curricular e o não curricular e o estabelecimento de condições efectivas para que a resposta social da escola pública seja de qualidade inequívoca. Ainda nesta área, a inclusão do Inglês no currículo e a sua saída das Actividades de Enriquecimento Curricular parece-nos indispensável (em linha aliás com todos os estudos e pareceres que ultimamente se têm debruçado sobre as AEC's).

O estabelecimento de horários de trabalho equilibrados que permitam a preparação e o acompanhamento adequado das actividades lectivas.

Finalmente, a alteração do modo de docência neste ciclo de ensino colocando em evidência as vantagens da constituição de equipas educativas neste ciclo de forma a garantir o cumprimento integral do Currículo Nacional, o fim do isolamento profissional dos professores e professoras e o estabelecimento do trabalho cooperativo como modo de trabalho mais eficaz neste como nos outros ciclos de ensino e educação.

Propositadamente limitámos o âmbito destas reflexões a estes três aspectos. Sabemos que elas se concatenam com muitos outros aspectos. Ficamos com a certeza que o debate tem de continuar e, em primeiro lugar, nas escolas e com os professores. Este é um compromisso que aqui assumimos. ■

# VALORIZAÇÃO E DIGNIFICAÇÃO DO 1º CEB

**Manuel Micaelo**

Coordenador do Departamento do  
1º CEB do SPGL



Nos últimos 4 anos muitas foram as alterações introduzidas na vida das escolas e na carreira docente. Muitas das medidas negativas impostas e implementadas por este Governo atingem a generalidade dos docentes. Muitas outras estão a ter particular impacto nefasto no 1º Ciclo desvalorizando-o, descaracterizando-o e alterando-o radicalmente com total desrespeito pela sua especificidade própria.

Este governo, ao tomar posse, tudo quis mudar na Educação, sem fazer qualquer avaliação, sem cuidar de preservar o que estava bem.

Até o Relatório do Estudo do CNE, “A educação das Crianças dos 0 aos 12 anos”, refere “a desarticulação de políticas entre sucessivos governos, como se tudo tivesse sempre de ser questionado e alterado, provocando discontinuidades, ambiguidades, desalento e

falta de confiança”.

## **A) Que resposta social?**

Cada vez há mais pressões sobre a escola para a resolução de problemas que não compete, apenas a ela própria, resolver. São dificuldades que decorrem das exigências que são postas hoje às famílias e que só poderão ser minoradas com o empenho de toda a sociedade, pois ultrapassam largamente a capacidade de intervenção da escola.

O SPGL defende, há vários anos, uma resposta social e de ocupação de tempos livres de qualidade, que não assuma um carácter escolarizante mas uma forte componente lúdica e cultural.

O que o Governo impôs está a colocar áreas curriculares e actividades de enriquecimento curricular no lugar da ocupação de tempos livres, muitas vezes armazenando crianças nos mesmos espaços onde decorre a actividade lectiva, aumentando efectivamente a carga lectiva dos alunos, não deixando espaço nem tempo para brincarem e convivirem com as famílias, flexibilizando horários, privatizando áreas do currículo, violando os direitos dos profissionais que aí trabalham ao mesmo tempo que não garante a qualidade do serviço prestado aos alunos.

O Relatório do Estudo do CNE, nas críticas e propostas que aponta, dá-nos razão:

“Os pais portugueses são os que, na Europa, menos brincam com os seus filhos, negligenciando assim o valor do brincar como exercitação de competências e integração de saberes.”. “As crianças despen-

dem muito tempo nas instituições, nos mesmos espaços, (...) sendo necessário harmonizar o tempo do currículo, do lazer e da família”. É preciso “criar condições de educabilidade, (...) de articulação entre trabalho e educação dos filhos, condições que devem ser tidas em conta nas políticas familiares e sociais.

O “relatório da OCDE”, apesar da encomenda, também não é nada parco em relatar inconvenientes...:

“O enriquecimento curricular alonga o currículo nuclear tornando o dia escolar muito longo para as crianças.” “O currículo e o enriquecimento curricular têm dimensões sobrepostas”, “originando uma carga de trabalho excessiva para as crianças que são forçadas a ocuparem o mesmo espaço durante todo o dia e todos os dias.”

**O que pensamos:**

**O que é curricular, TODAS as áreas curriculares, compete à escola**

A Educação Musical, a Actividade Física e as Expressões artísticas são áreas curriculares disciplinares e não podem ser arrumadas na escola do 1º ciclo do ensino básico como se de ocupação de tempos livres se tratasse.

O SPGL defende a inclusão da língua estrangeira no 1º ciclo, como componente curricular de frequência obrigatória, assegurada por docentes devidamente qualificados; exigência esta que cada vez vai ganhando mais adeptos (até o Relatório que afinal não é da OCDE afirma que “... há necessi-

dade de incluir o Inglês no currículo nuclear”)!)

**O que não é curricular deve ser da responsabilidade de outros;**

As actividades (lúdicas e culturais, como define o dec-lei 6/2001) extra-curriculares/de enriquecimento curricular/de ocupação de tempos livres/ de resposta social devem ser organizadas por outras entidades e realizar-se preferencialmente fora da escola, noutros espaços apropriados, com outros profissionais qualificados, com pessoal auxiliar adequado em número e qualificação.

A avaliação que fazemos (e não somos só nós) deste Programa é francamente negativa. A conclusão que tiramos é que este modelo não serve. Não serve às crianças nem às escolas nem às famílias pelo que defendemos a extinção do actual modelo de AEC.

**B) Monodocência, Pluridocência, monodocência coadjuvada ou Equipas Educativas?**

Todas estas formas de organização têm acérrimos defensores e detractores, uns e outros com argumentos bem respeitáveis. A “guerra” já não é nova.

Citando Natércio Afonso (in Relatório do CNE): “As opções políticas por mono e pluridocência, respectivamente nos níveis menos e mais avançados do sistema escolar, resultaram de outro tipo de razões que não as pedagógicas, nomeadamente razões de economia e consequências da discussão sobre o modelo de organização da escola (por classes ou por disciplinas) no século XIX”.

Não nos admira nada que sucessivos governos não tenham querido implementar, no 1º CEB, o que desde 1986 está na LBSE. Isso custava dinheiro.

Tão pouco nos surpreende que na imensa produção legislativa deste governo esteja a formação de professores para os actuais 1º e 2º Ciclos e a sua fusão num ciclo único de 6 anos reduzindo substancialmente o número de docentes. A opção política tem subjacente o

mesmo critério do século XIX: economicista mesmo que travestido de roupagens pedagógicas.

**Defendemos, por razões pedagógicas, que no 1º ciclo o ensino deve ser globalizante, da responsabilidade de um professor que integra e coordena uma equipa educativa.**

As equipas educativas de cada escola ou grupo de escolas devem ser constituídas por um conjunto de professores profissionalizados para a docência neste nível de ensino, com formações diferenciadas, de forma a dar resposta às necessidades de organização pedagógica e de cumprimento do currículo.

Estas equipas educativas viabilizam o cumprimento das diferentes áreas curriculares, com a inclusão do Inglês, com ganhos significativos para as aprendizagens dos alunos.

**C) Horários e condições de trabalho**

A generalidade dos docentes vive hoje uma situação extremamente dura sob o ponto de vista profissional, com horários e actividades (escolares, para-escolares e administrativas) impostos. Os horários estão desregulados: há horas para entrar para a escola mas nunca se sabe quando se sai...

As AEC contribuíram para aumentar ainda mais a carga horária dos professores. As tarefas a executar são tantas que escasseia o tempo para preparar o trabalho lectivo com os alunos.

Também neste campo a introdução da Equipas Educativas é importante porque possibilitará que os docentes tenham horários diferentes dos alunos, que possam ter reduções de horário lectivo, que terminem de vez os constrangimentos ao uso de direitos constitucionalmente consagrados (amamentação, Estatuto de Trabalhador Estudante...) e que se enterrem definitivamente práticas usuais e ilegais de distribuição de alunos pelas turmas quando há faltas imprevistas ou de curta duração de outros docentes.

**D) Aposentação**

As alterações introduzidas nas regras para a aposentação dos mono-

docentes bem como dos outros professores, sem terem nada de gradual nem de harmonioso, provocaram incompreensíveis injustiças e vêm agravar ainda mais o exercício da docência.

Exigimos um processo negocial que leve à correcção destas injustiças.

**E) A reorganização da rede escolar**

O Relatório “da OCDE” classifica como ponto fraco “...a gestão do sistema dos agrupamentos, especialmente em agrupamentos com muitas escolas e com grandes distâncias entre elas”.

Já tínhamos denunciado a criação de Agrupamentos, mega-agrupamentos e reagrupamentos de agrupamentos sem qualquer critério pedagógico e contra a vontade das comunidades.

Encerraram-se escolas a esmo sem estarem construídos os Centros Escolares num processo que o mesmo Relatório classifica de “comunicação de medidas muito habilmente gerida” mas o nº de alunos por turma não diminuiu.

A “encomenda governamental” demonstra a justeza das nossas exigências de condições para a participação e pleno exercício dos docentes nos órgãos de gestão das escolas; um exemplo:

“Os coordenadores de escola (...) têm muito trabalho, para além da leccionação das aulas. Recebem 100 euros adicionais por mês, mas o que necessitam é de mais tempo, de uma redução das horas de ensino e de uma maior clareza quanto às suas funções”.

O governo usa o 1º Ciclo como bandeira eleitoral.

Se quisesse mesmo valorizar e dignificar este nível de ensino, prestigiar a escola e a profissão docente, em vez do ECD do ME, da Avaliação do ME, dos encerramentos de escolas do ME, dos Agrupamentos de escolas do ME, das AEC do ME, dos concursos do ME (que nos levam a gritar: Assim não se pode ser Professor!), teríamos uma escola do 1º CEB dignificada e valorizada que contribuiria decisivamente para melhorar a qualidade da educação e construir uma escola pública de qualidade para todos ■

# Desafios da formação de professores

**Manuela Esteves**

Docente da Fac. Psic. e Ciências da Educação da U.L.

**A** formação profissional para a docência, tanto inicial como contínua, deveria, em nosso entender, ser objecto de um questionamento permanente de todos os professores.

De facto, as exigências crescentes quanto ao desempenho das escolas e dos professores colocam na ordem do dia, entre outros aspectos, a formação de que os docentes são portadores. Ao acréscimo de responsabilidades e à complexidade cada vez maior da intervenção das escolas deveria corresponder um processo de mudança, de inovação e de especialização no que à formação de professores diz respeito.

Afirmar este ponto de vista não significa que pensemos que a profissão docente possa continuar a suportar, de forma indiscriminada, todas e quaisquer funções que a sociedade vai exigindo que as escolas desempenhem. Dito de outro modo, acreditamos que é chegado o momento de ponderar seriamente aquilo que deve ser específico da acção do professor, distinguindo-o de papéis e funções que nas escolas deveriam ser desempenhados por outros profissionais (técnicos superiores de educação, psicólogos, animadores sócio-educativos, assistentes sociais, técnicos de informática, etc.). Tal clarificação favoreceria quer melhores desempenhos dos professores e das escolas, quer a especialização da própria formação inicial e contínua que é proporcionada. A persistir ou mesmo agravar-se a situação ac-

tual, o trabalho das instituições que formam professores torna-se insustentável porque, por mais que façam, ficarão sempre aquém do exigido.

Fazer da formação uma preocupação permanente de todos os professores tem ainda um outro fundamento que é o da relevância da formação para a afirmação social da docência enquanto profissão. A profissionalidade de cada professor e o profissionalismo do grupo profissional constroem-se sobre pilares de diversa natureza, um dos quais é o da formação entendida como processo de desenvolvimento contínuo ao longo da vida.

## A formação inicial de professores para o 1º ciclo e o Processo de Bolonha

A partir de 1999, com a aprovação da Declaração de Bolonha, iniciou-se um processo de grandes transformações do espaço europeu de ensino superior cuja

finalização foi apontada para 2010.

Não é esta a oportunidade para discutir globalmente esse processo (que atingiu todos os níveis de formação superior) nem o modo como Portugal o operacionalizou. Deter-nos-emos apenas no caso dos cursos que habilitam para a docência no 1º ciclo do ensino básico. Existe um normativo nacional (Decreto-Lei nº 43/2007 de 22 de Fevereiro) que determina, até certo grau de especificação, o modo como se passam a adquirir no nosso país as habilitações para a docência na Educação Pré-Escolar, no Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e no Ensino Secundário.

Do processo de mudança que teve lugar, destacamos como positivos os seguintes aspectos:

- A explicitação, pelas instituições, do perfil de competências dos diplomados à saída da formação inicial;
- A elevação do nível académico da formação inicial dos docentes para o grau de mestrado;
- A nova estrutura prevista



fotografia - Paulo Machado

para os currículos de formação inicial.

Quanto a este último aspecto, a formação inicial deve contemplar as seguintes componentes:

- . Formação educacional geral
  - . Didácticas específicas
  - . Iniciação à prática profissional
  - . Formação cultural, social e ética
  - . Formação em metodologias de investigação educacional
- Formação na área da docência.

A formação para a docência no 1º ciclo passa pela obtenção da licenciatura em Ensino Básico (180 créditos, duração de três anos, predominância da componente de formação na área da docência, ou seja, relativa aos conteúdos a ensinar) a que se segue um mestrado com duração variável (de um ano se se tratar de obter certificação apenas para o 1º ciclo; de um ano e meio ou de dois anos se se tratar de obter dupla certificação: 1º ciclo e educação pré-escolar, ou 1º ciclo e 2º ciclo). Estas diferenças de duração do ciclo de estudos conducentes ao mestrado não nos chocam. Entendemos que a duração não representa um valor em si mesma, nem confere mais nem menos valor a um grau académico. O que pode ser questionado, sim, é se uma dada duração de um curso permite alcançar os objectivos formativos preconizados.

Os aspectos positivos que acima assinalámos podem, contudo, não vir a ter relevância para a melhoria da qualidade da formação se, a essas mudanças estruturais, não se vierem reunir mudanças das orientações conceptuais que têm predominado em muitos cursos de formação inicial. A investigação científica tem identificado frequentemente a ocorrência de problemas que urge enfrentar e resolver, como sejam:

- . Modelos de formação centrados total ou predominantemente na transmissão de conhecimentos e pouco ou nada orientados para a construção de competências profissionais pelos formandos;

- . Ausência ou debilidade da articulação e integração dos conhecimentos proporcionados pelas diferentes disciplinas do currículo formativo;

- . Pouca atenção e cuidado dados à componente de iniciação à prática profissional, incluído o estágio (falta de articulação entre as instituições de ensino superior e as escolas de acolhimento dos formandos; falta de especialização dos supervisores e orientadores).

## A formação contínua de professores: para quê?

Interrogar a formação contínua enquanto direito e dever dos professores continua a fazer sentido: porquê um direito? Porquê um dever?

Só aparentemente existe unanimidade de respostas a estas questões.

O Ministério da Educação admite que a formação contínua é um direito, mas na primeira oportunidade limita ou dificulta o acesso ao mesmo, condiciona-o pondo em questão a gratuitidade da participação nas acções ou induzindo a frequência de acções pouco pertinentes para o desenvolvimento das escolas como organizações e dos professores como profissionais.

Alguns professores interpretam o sentido do “dever”, como bastando ir a uma qualquer acção de formação a que não atribuem qualquer sentido útil excepto o de obterem um certificado donde conste a obtenção de uns tantos créditos – como se do cumprimento de um dever burocrático se tratasse.

Importará, então, exigir a todos os intervenientes na formação contínua que esta corresponda à satisfação de necessidades claras, defensáveis e devidamente identificadas, para que possa cumprir o seu papel: ajudar a desenvolver as competências dos professores e a melhorar o desempenho das escolas.

Tal como em relação à formação inicial, os trabalhos de investigação científica têm ajudado a

identificar problemas associados a muitas situações de formação contínua, de que destacamos:

- . Pouca ou nenhuma relação entre a formação e o trabalho concreto dos professores em contexto escolar;

- . A prevalência de acções de formação demasiado “escolarizadas”, insensíveis ao facto de os formandos serem adultos (o que significa que aprendem de forma diferente das crianças e dos jovens) e serem profissionais com experiências que é necessário conhecer e utilizar nas situações formativas;

- . A predominância de uma concepção da formação orientada para a supressão de falhas, lacunas ou defeitos dos professores (paradigma do deficit) em detrimento de formações orientadas para o crescimento pessoal e profissional dos professores, para a viabilização da mudança e para a resolução de problemas das escolas.

## Em síntese:

Queremos por fim ressaltar três aspectos que consideramos de importância vital para virmos a ter uma formação de professores de melhor qualidade do que aquela que, em geral, temos tido até agora:

1. Necessidade de participação de todos os professores em exercício no debate sobre os desafios com que a formação profissional se defronta e sobre os rumos mais desejáveis a imprimir à mesma;
2. Necessidade de os professores intervirem colectivamente, a partir das suas organizações sindicais e pedagógicas, e dos órgãos das suas escolas, (i) em relação à orientação das políticas governamentais de formação e (ii) em relação às orientações e às práticas das instituições de formação inicial e dos centros de formação contínua.
3. Reclamação de uma maior especialização de todos aqueles que intervêm como formadores de professores.



# Docência no 1º CEB: perspectivas

**Paulo Sucena**

Presidente do Conselho Geral  
do SPGL

**A** realidade actual no 1º CEB não é uniforme, sob diversos aspectos. Desenvolve-se em escolas em regime normal e em escolas em regime duplo, com professores habilitados para a docência neste ciclo e com docentes também habilitados para a docência no 2º CEB e ainda com panoramas diversificados quanto às actividades de enriquecimento curricular, não só no que concerne às ditas actividades mas também às entidades promotoras.

Sobre esta realidade se tem especulado quanto à futura configuração deste ciclo e ao seu regime de docência. Desde logo, há que ressaltar dois pensamentos antagónicos – o que defende a monodocência pura e o que propõe a instauração da pluridocência. O último congresso da FENPROF, sustentado na própria Lei de Bases (Lei nº 46/86), aprovou a constituição de equipas educativas coordenadas pelo professor responsável pela turma de modo a ser possível elaborar um projecto pedagógico articulado e coerente a ser posto em prática, avaliado

e enriquecido com os contributos de toda a equipa.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 8/2008 de 21 de Outubro) considera que quanto “à tomada de decisão sobre a configuração do ensino básico (...)” exige “a realização de estudos que considerem diferentes cenários para sua organização”. Quanto ao regime de docência admite a constituição de equipas e nunca a pluridocência. Surge por vezes a expressão monodocência coadjuvada, mas ela pressupõe um trabalho em equipa, isto é, um trabalho cooperativo/colaborativo na construção das aprendizagens de forma partilhada, a partir de uma acção planificada, reflectida e avaliada. Convirá agora referir dois aspectos essenciais para a FENPROF: a integração do Inglês no currículo, sob a preocupação de não o licealizar e com a garantia de que a docência desta língua será ministrada por professores profissionalizados para a docência no 1º CEB. Esta é uma tomada de posição muito importante atendendo

à delicadeza e complexidade da iniciação à aprendizagem de uma língua estrangeira.

De outro ângulo, parece-me essencial, como o será num regime de monodocência, a criação nas escolas de uma “cultura de projecto” através de uma visão estratégica integral do currículo. ■



# Uma visão sobre o 1º CEB na Região Autónoma dos Açores

António Dutra

Direcção do SPRA



Em 30 de Agosto de 2007, é publicado, na Região Autónoma dos Açores, o Decreto Legislativo Regional nº 21/2007/A, Estatuto da Carreira Docente Regional, em que, pela primeira vez, o Governo Regional dos Açores afirma, de forma ampla e profunda, a sua competência legislativa em matéria de Educação, marcando a diferença face ao ECD nacional, em aspectos essenciais, tais como a estrutura da carreira, que se mantém única, e a inexistência de quotas para os docentes a leccionar nesta região, além de outros aspectos.

Na sequência da acção reivindicativa do Sindicato dos Professores da Região Açores, este diploma, em vigor há pouco mais de um ano, já foi revisto e aprovado na Assembleia Legislativa Regional, aguardando publicação, o que acontecerá em breve. Foram corrigidas algumas situações, tendo sido abolidos os constrangimentos ao direito de protecção na doença, do próprio ou de assistência à família, aos direitos do trabalhador-estudante, conseguiu-se a contagem integral do tempo de serviço dos docentes contratados, o alargamento da periodicidade da avaliação, embora, em matéria de avaliação do desempenho e das condições e horários de trabalho, tenha ficado aquém das nossas expectativas.

Há uns anos a esta parte, a Região vem fazendo experiências ao nível da organi-

zação e do funcionamento do 1º Ciclo do Ensino Básico. Foram extintas as Delegações Escolares e as escolas passaram a ser integradas em unidades orgânicas que comportam, no mesmo espaço físico ou em edifícios diferentes, todos os sectores de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário, no âmbito de uma determinada localidade ou concelho, sob a administração de um Conselho Executivo eleito democraticamente.

A tutela tem possibilitado a realização de várias e diferenciadas experiências pedagógicas, um pouco por toda a Região, sendo notória a “vaga” exagerada de experimentalismos, por despacho da própria secretaria ou por iniciativa dos órgãos de gestão das escolas, com alterações ao nível do desenho curricular, de horários e do próprio regime de funcionamento.

A maioria das escolas funciona com um horário alargado, que, na maior parte dos casos, se prolonga até às dezassete horas. Se, por um lado, este horário serve o interesse de alguns pais, por outro, veio causar um grande descontentamento junto de outros, por considerarem conter uma carga horária demasiado elevada.

Os professores continuam a praticar um horário de vinte e cinco horas lectivas, desdobrado em 30 segmentos, contrariando o estipulado no ECD, artº 118, pontos 2 e 4, uma vez que o ECD na RAA define

regras iguais para quem trabalha com o mesmo regime de funcionamento.

Quanto ao regime de docência, passou-se da monodocência e monodocência coadjuvada à pluridocência, onde cada turma tem um professor titular, o principal responsável, que lecciona a maioria das disciplinas e que, por vezes, faz par pedagógico com outros colegas noutras áreas disciplinares. Porém, certas disciplinas, principalmente nas áreas das expressões (Expressão Físico Motora, Educação para a Dança, Expressão e Educação Musical, Oficina de Arte, Inglês, Educação Artística, Tecnologia da Informação e Comunicação, etc.), são leccionadas autonomamente, por outros docentes da escola, de sectores de ensino diferentes, ou mesmo por professores do 1º Ciclo com habilitação para o efeito.

Pelo facto de se ter procedido à generalização de experiências, sem que se tenha feito a devida avaliação dos modelos anteriores e sem o adequado acompanhamento das experiências em curso, que apenas deveriam ter-se realizado em universo reduzido, perante as objecções do SPRA e de outras organizações, a actual Secretária da Educação e Formação assumiu o compromisso de proceder, este ano, à avaliação das experiências em curso, a fim de definir o modelo de organização e funcionamento mais adequado para o 1º Ciclo do Ensino Básico, a implementar no próximo ano lectivo. É fundamental que se proceda a esta avaliação, com rigor e seriedade, até porque é notório o agravamento da indisciplina escolar dos alunos e o descontentamento de muitos docentes em relação à excessiva segmentarização dos horários, principalmente nos primeiros anos de escolaridade.

A carga horária é demasiado elevada e o facto de as actividades de enriquecimento acontecerem no mesmo espaço em que decorrem as restantes actividades não se traduz em nada de positivo. Acresce que, algumas vezes, as actividades lectivas são interrompidas para que se encaixem os horários das outras actividades - o que acaba por prejudicar o processo ensino/aprendizagem.

A inovação só é válida quando, comprovadamente, se demonstrar que é eficaz. ■



# Finalidades e Natureza da Acção Educativa da Escola Pública

**Ariana Cosme**

Docente na F.P.C.E. da U. Porto

*Um dos maiores problemas com que, hoje, se debate a Escola Pública tem a ver com a perspectiva, nem sempre explícita, através da qual se tendem a desvalorizar as suas finalidades educativas face às suas finalidades sociais, enquanto resposta generosa que, sob a capa da sua afirmação como um espaço inclusivo, contribui para definir essa mesma escola como um contexto marcado mais por preocupações de natureza filantrópica do que por preocupações de carácter cultural.*

*Trata-se de uma perspectiva que, importa reconhecê-lo, se tem vindo a construir em função das exigências de universalização do acesso à Escola e, subsequentemente, em função das dificuldades que esta mesma Escola sente em cumprir os propósitos da universalização do sucesso escolar, devido às manifestas dificuldades em lidar com os alunos oriundos de meios socialmente desfavorecidos.*

*É como resposta a tais dificuldades que as escolas, sobretudo aquelas que se situam em comunidades marcadas por fenómenos de exclusão social, tendem a configurar o sucesso escolar dos seus alunos a partir de outros critérios onde a dimensão cultural do processo de formação tende a ser minorizada.*

*Eis-nos, assim, perante uma estratégia que, entre outras coisas, exprime as dificuldades em configurar a acção educativa nesses contextos educativos a partir de outros pressupostos e de outras dinâmicas relacionadas com a organização e a gestão do trabalho pedagógico no espaço das salas de aula e, posteriormente, com a gestão de todo o tipo de actividades que possam ter lugar nas escolas, relacionado com a actividade docente.*

*Há que reconhecer que a Escola, como uma instituição educativa incontornável na sociedade em que vivemos, terá que ser compreendida à luz da apropriação de uma fa-*

*tia decisiva do património cultural disponível, enquanto condição do processo de afirmação e desenvolvimento das crianças e dos jovens no seio dessa mesma sociedade. É aliás, em nome da apropriação de um tal património, entendido como um conjunto de informações, instrumentos, procedimentos, atitudes e valores a partilhar, que decorre a necessidade de entendermos a construção da Escola Pública como um bem comum.*

*Não se pode, por isso, dissociar a dimensão cultural da dimensão da formação pessoal e social das crianças e dos jovens no seio das escolas, não só porque a segunda não é exequível se não se valorizar a primeira, do mesmo modo que esta acaba por ser afectada quanto ao seu impacto e pertinência se não contribuir para que uma tal formação possa ocorrer. É que a formação pessoal e social como dimensão transversal que as escolas deverão assumir nem se pode circunscrever ao domínio das competências psicológicas, sociais e relacionais, nem tão pouco pode ser dissociada do contacto com os dispositivos culturais em função dos quais não só modelamos a nossa visão sobre mundo, como o interpretamos e agimos sobre ele.*

*O que defendemos é que é crucial compreender que o futuro da Escola Pública como uma instituição educativa, e não como uma instituição confinada à reabilitação social daqueles que a frequentam, depende da sua afirmação como um pólo de desenvolvimento cultural, de tal modo que se possa considerar, finalmente, que essa instituição só poderá honrar os seus compromissos sociais se souber honrar os seus compromissos educativos.*

*Em suma, importa compreender que a configuração da Escola Pública como um espaço tendencialmen-*

*te democrático, se depende, por um lado, de uma clarificação das suas finalidades institucionais, depende, também, de uma clarificação das opções que dizem respeito às modalidades de operacionalização curricular, pedagógica e didáctica, em função das quais tais finalidades são passíveis de adquirirem corpo e forma.*

*Para cumprir tais finalidades os professores terão que se afirmar como profissionais reflexivos, o que nos coloca perante um problema difícil de resolver quando o novo estatuto da carreira e a avaliação de desem-*



*penho, decorrente de um tal estatuto, apontam para a via da sua funcionalização. Uma tendência que a aprovação do novo regime jurídico de gestão das escolas públicas reforça, quando investindo, em nome do rigor e da eficácia, na concentração de poderes, pode abrir as portas às atitudes de obediência cega e muda. Atitudes estas que impedem a possibilidade de se produzir olhares dotados de alguma autonomia, eventualmente iconoclastas, e implicados, não por obrigação mas por opção claramente assumida, sem os quais não seria possível garantir o tipo de interlocução que uma Escola Pública culturalmente pertinente e politicamente democrática deveria promover. ■*

# A crise do capitalismo: que alternativas?

Joaquim Jorge Veigunha

**E**m 21 de Março realizou-se no auditório do metropolitano de Alto de Moinhos o colóquio *A crise do capitalismo e o futuro: economia de casino ou economia sustentável*. Organizada pela ATTAC Portugal, esta iniciativa contou com as intervenções dos economistas João Rodrigues, José Castro Caldas, Carlos Gomes e Ricardo Paes Mamede. O desafio que foi lançado aos conferencistas revelou-se extremamente ambicioso mas, simultaneamente, muito estimulante: como se vai mobilizar a opinião pública para construir uma alternativa à actual crise global do capitalismo? João Rodrigues iniciou o desafio com uma citação do economista John Maynard Keynes (1883-1946): “Os especuladores são inofensivos se forem bolhas numa corrente empresarial incessante, mas as coisas tornam-se preocupantes quando se transformam em bolhas num turbilhão de especulação”. A actual crise é a confirmação desta segunda hipótese, já que se confirma uma correlação estreita entre a mobilidade do capital e o desencadeamento das crises financeiras. Esta correlação foi potenciada pelo agravamento das desigualdades sociais que contribuíram decididamente para transformar uma crise que se inicia no sector financeiro numa crise global do sistema capitalista. Assim, verificou-se um declínio generalizado da parte dos salários no rendimento nacional nos EUA e na UE, com efeitos restritivos sobre a procura efectiva; a concentração da riqueza aumentou significativamente, sendo os EUA o caso mais emblemático: em 1976, os 5% mais ricos apropriaram-se de 8,9% do rendimento, enquanto em 2008 detinham já 22,9%. Foi precisamente nos países em que maior é a desigualdade social, com especial destaque para os que seguiram o modelo anglo-saxónico de capitalismo, que os problemas sociais se intensificaram e a crise teve consequências mais graves. Portugal está colocado no grupo de países desenvolvidos onde as desigualdades são muito elevadas, o que revela cada vez mais a necessidade de uma política efec-

tiva de combate às desigualdades sociais.

José Castro Caldas baseou a sua intervenção no que considera serem as duas vias de resposta à “economia de casino”: a primeira consiste na mera regulação do sistema financeiro, enquanto a segunda centra-se no controlo dos movimentos de capitais, sendo designada pelo termo “governança”. O economista político critica o “poder de chantagem” que as deslocalizações exercem sobre o mundo laboral e defende uma reterritorialização da economia e a construção de amplos espaços de integração em que sejam reforçados os laços entre as pessoas que a mobilidade ilimitada do capital tem desestruturado e fragmentado.

Carlos Gomes centrou a sua intervenção na mudança do paradigma tecnológico do capitalismo que associou aumento da produtividade com a preponderância das multinacionais. Referiu também que a liberalização dos movimentos de capitais se aliou ao desaparecimento da fronteira entre bancos de investimento e bancos comerciais, o que teve como principal consequência a crescente instabilidade e especulação financeiras. Após 2001, a economia de guerra contribuiu para impulsionar a acumulação de capital e, no período 2003-2007, a expansão do crédito imobiliário de alto risco, aliado a um crescente endividamento das famílias, sustentou um consumo estimulado por um sistema de produção mercantil “just in time” que submeteu os trabalhadores a ritmos de trabalho infernais, à flexibilização e precarização laborais. As alternativas apontam para a construção de um Estado realmente democrático que tenha como objectivo combater as desigualdades sociais, a precarização laboral, acabar com as privatizações das actividades económicas de interesse público e eliminar o actual ascendente do poder económico sobre o poder político.

Ricardo Paes Mamede encerrou as intervenções, alertando para a enorme gravidade da actual crise, de que são exemplos a redução brutal das taxas de crescimento da economia mundial, a que nem os próprios países emergentes escapam, e o enorme aumento da pobreza. O modelo de capitalismo baseado na crescente assimetria entre quem

acumula e quem consome e investe em actividades produtivas alimentou o endividamento e tornou-se insustentável. Os Estados devem intervir para proporem alternativas a este modelo. Mas estas alternativas não podem passar apenas pelas estratégias centradas nas exportações ou na atitude expectante do “free rider”, ou seja, na tática de “esperar para ver se os outros actuam”. No caso da UE, a situação é particularmente grave não apenas pelas restrições impostas pelo BCE ao financiamento dos défices públicos, mas também pela ausência total de uma política orçamental, já que não existe verdadeiramente um orçamento europeu.

Para além de concordarem que é necessário restringir a liberdade de movimento de capitais como forma de garantir a estabilidade financeira, evitar a evasão e competição fiscais e promover uma política de emprego estável, os intervenientes no colóquio da ATTAC Portugal admitem que é também necessário “muita luta política” para construir uma alternativa à actual desordem existente. E esta luta, como sublinhou João Rodrigues, tem de passar pelo reforço do movimento sindical: “Não há Estado social robusto onde não exista contratação colectiva e um movimento laboral forte”. ■





08 de Março no SPGL

# Um debate

## em torno de trabalho, cidadania, maternidade e paternidade

Um debate, ou um “espaço de reflexão” nas palavras de António Avelãs, em torno das questões da igualdade de género, marcou as comemorações do Dia da Mulher no SPGL. Uma iniciativa que contou com intervenções de fundo de Maria José Maurício e Maria do Céu da Cunha Rêgo, com Helena Neves no papel de moderadora.

“Trabalho e cidadania – perspectivas de emancipação da mulher” foi o tema abordado por Maria José Maurício, que começou por distinguir os diversos conceitos de trabalho nas diferentes épocas históricas. “Nem sempre o trabalho teve uma conotação positiva”, sublinhou a oradora, referindo que, embora reconhecido como indispensável, foi durante séculos considerado como uma actividade atribuída aos “vencidos e indefesos: os prisioneiros-escravos, as crianças e as mulheres, os pobres”. É com a reforma protestante, como indicou Helena Neves, que “as mãos ociosas são condenadas” e as mulheres afastadas do trabalho remunerado. Entretanto, a entrada das mulheres na

indústria/serviços traduz-se num novo estatuto. Abordando a questão “o trabalho das mulheres”, Maria José Maurício destacou a importância de sair do espaço doméstico para obter um salário, mesmo que em condições muito difíceis, e muito embora tal se traduza num acumular de tarefas.

O “grito de revolta” face às condições de trabalho dá lugar a um “despertar para a cidadania”, o surgimento de vários movimentos (em particular nos Estados Unidos) e um activismo político que virá a ter os seus efeitos concretos, nomeadamente a conquista do direito de voto nos anos 1920.

Com claro atraso nos países do sul da Europa, e num processo que está longe de ser linear, estão entretanto abertas as portas para a conquista da cidadania por parte das mulheres, o seu acesso generalizado ao conhecimento. Uma evolução que levanta os mais diversos desafios à sociedade e às instituições económicas.

As guerras que devastaram a Europa levaram a que as mulheres se assumissem como suporte da economia. Uma realidade que viria a diluir-se com o fim da guerra, que empurrou as mulheres de volta para casa (com as políticas de natalidade, o estatuto de “mães educadoras”). Um exemplo concreto das contradições deste processo emancipatório.

Entre estas contradições, Maria José Maurício destacou a desigualdade de oportunidades, a própria distinção en-

tre profissões masculinas e femininas, a desigualdade a nível salarial, a inter-relação existente entre trabalho, maternidade e vida doméstica, o trabalho a tempo parcial (que pode pôr em causa a possibilidade de carreira) ou ainda a escola e o desencanto da igualdade de oportunidades.



Escultura - António Júlio “Amiga”

## Licenças parentais Uma área polémica

*“Trabalho e Licenças por Maternidade, Paternidade e Parentais: o debate em curso na União Europeia” – tema desenvolvido por Maria do Céu Cunha Rêgo, surge, de algum modo, como um exemplo concreto e bem actual dessas contradições.*

*Apresentando à partida este tema como uma área particularmente polémica, Maria do Céu Cunha Rêgo sublinhou que o modelo que mantém a imunidade dos homens aos custos da maternidade, atribuindo-lhes a função de sustento da família, continua a ser o modelo para a União Europeia.*

*Um modelo claramente assimétrico, em que o cuidado com a família, com as crianças, não é repartido, privando aliás, assim, também, o homem das correspondentes competências relacionais.*

*“Incoerência e inconsistência” foram os termos utilizados pela oradora para qualificar as justificações na União Europeia para aumento proposto da licença de maternidade.*

*Através da apresentação de dados do INE e da Comissão Europeia, Maria do Céu Cunha Rêgo sublinha, antes do mais, o carácter residual das licenças de paternidade (em 2005, 242 356 licenças de paternidade contra 9 321 952 licenças de maternidade).*

*Acresce que, de acordo com as estatísticas da Comissão Europeia, a duração da licença por maternidade não tem impacto na taxa de emprego das mulheres. E tão pouco na taxa de fertilidade.*

*No que se refere às taxas de emprego das mulheres com ou sem filhos até 12 anos, no caso concreto de Portugal não há praticamente diferença.*

*Assim, caem por terra as justificações para o aumento do período de licença da maternidade. Neste quadro, a acentuação da disparidade entre licenças por maternidade e licenças por paternidade terá apenas como resultado dificultar a contratação de mulheres jovens e a participação de mulheres no mercado do trabalho.*

*Por outro lado, na relação entre género, trabalho e afectação de tempo (ac-*

*tividades pagas e não pagas), Portugal destaca-se pela maior assimetria entre homens e mulheres.*

*Aposta-se assim, de facto, na perpetuação dos papéis de género na família.*

### Por um novo paradigma

*Homem – cada um dos representantes da espécie humana; Mulher – a fêmea da espécie humana – são estas as espantosas definições do Grande Dicionário da Língua Portuguesa. Um olhar assimétrico, pressupondo um destino social que se traduz num limite à liberdade e num massacre para mulheres e homens.*

*Olhar assimétrico entretanto aceite como natural pela maioria dos homens e das mulheres, de acordo com um estudo de Anália Cardoso Torres “homens e Mulheres entre família e trabalho”, editado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Citando as “Novas Cartas Portuguesas”, Maria do Céu Cunha Rêgo sublinhou que “A repressão perfeita é a que não é sentida por quem a sofre, a que é assumida, ao longo de uma sábia educação, por tal forma que os mecanismos de repressão passam a estar no próprio indivíduo”. O velho paradigma – homem trabalhador, mulher mãe – está estafado. Há assim que mudar de paradigma. Uma necessidade que compromete nomeadamente os sindicatos.*

*É neste sentido – e este é um sinal que alimenta razões para optimismo – que vai a Organização Internacional de Trabalho.*

*Na sua campanha pela igualdade de homens e mulheres num trabalho digno, a OIT defende a partilha como a perspectiva de futuro (querer e poder partilhar). E alerta para o risco de a política respeitante à família reforçar “a imagem da mulher como cônjuge que ganha um «complemento de salário» e aumentar ainda os encargos das mulheres trabalhadoras, que já suportam uma dupla jornada” ■*

## António Nóvoa reeleito Reitor da Universidade de Lisboa

*O Prof. António Sampaio da Nóvoa foi eleito, no dia 12 de Março, pelo Conselho Geral da Universidade de Lisboa, Reitor da instituição para os próximos quatro anos.*

*Sampaio da Nóvoa foi eleito com 12 votos, contra oito do actual presidente dos Conselhos Directivo e Científico da Faculdade de Ciências, Prof. Nuno Guimarães.*

*O outro concorrente às eleições, o investigador e coordenador científico do Centro de Física Nuclear da UL, Doutor António Carlos de Sá Fonseca, não obteve qualquer voto.*

*Sampaio da Nóvoa, Reitor da UL desde Maio de 2006, anunciou a sua demissão e simultaneamente a recandidatura ao cargo em Novembro de 2008, justificando publicamente o acto com uma necessidade de reforçar a sua legitimidade à frente da instituição.*

*No seu programa de candidatura apresenta 100 objectivos para o novo mandato, distribuídos em três orientações principais: o reforço à investigação científica, o desenvolvimento de áreas estratégicas e a modernização da gestão da Universidade.*

*António Sampaio da Nóvoa é Professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da UL, onde foi presidente do Conselho Científico entre 1999 e 2001.*

*Foi ainda vice-reitor da UL entre 2002 e 2006.*

*É especialista em História da Educação e em Educação Comparada e doutorado em História pela Universidade de Paris-IV Sorbonne e doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Genève.*

*O Reitor da UL é eleito pelo Conselho Geral da Universidade, para um mandato de quatro anos, e é o órgão superior de governo e de representação institucional externa da Universidade, exercendo as suas funções em regime de dedicação exclusiva.*

## O ensino de Português como língua estrangeira

“O ensino de Português como língua estrangeira” foi o tema da primeira das “Conversas ao fim da tarde...” (2ª série), um conjunto de palestras, da iniciativa do Departamento do Ensino Superior, a realizar até ao final do presente ano lectivo.

*Carla Oliveira e David Crespo, os oradores desta sessão, que leccionam há vários anos nos cursos de Português para estrangeiros organizados pela Faculdade de Letras de Lisboa, falaram das dificuldades sentidas pelos professores face à realidade do multilinguismo nas nossas escolas, e dos materiais de apoio que poderão contribuir para lhes dar resposta.*

*A intervenção de Carla Oliveira centrou-se fundamentalmente na elaboração de materiais didácticos para o ensino específico*

*do Português como língua estrangeira. Um trabalho a que se tem dedicado em parceria com Luísa Coelho, partindo do Quadro Comum de Referência para as línguas (QECR) para estabelecer programas específicos para os diferentes níveis de aprendizagem.*

*Aoradora destacou em particular a importância de ter em conta o perfil dos aprendentes (origem, língua materna, faixa etária, motivações) e a tipologia dos diferentes materiais já elaborados – um manual pedagógico, uma gramática aplicada, livros de apoio para trabalhar a componente oral. E frisou que o manual engloba componentes de compreensão e expressão oral e escrita, estando em todos os casos presente uma perspectiva comunicativa, nomeadamente no que se refere aos conteúdos gramaticais que surgem assim como um instrumento para a comunicação. Carla Oliveira sublinhou ainda a preocupação com a funcionalidade destes materiais – clareza, organização, interligação entre área temática, objectivos específicos, componente gramatical, situação de comunicação.*

### Erro ou deslize

*David Crespo abordou a questão do erro (el ou deslize) no processo de ensino/aprendiza-*

*gem de uma língua não materna. E desdobrou a sua análise entre uma abordagem teórica e outra mais prática, englobando formas de correcção do erro e exemplos práticos.*

*Referindo vários paradigmas de análise do erro, David Crespo reportou-se em particular a um paradigma actual que considera a intersecção entre língua materna, interlíngua e língua alvo.*

*Em síntese, o erro (diferentemente do deslize), caracterizar-se-ia antes do mais pela sua não intencionalidade, uma falha de competências, que reflecte um determinado estado de conhecimento, significativo para o processo de aprendizagem.*

*No que respeita à correcção do erro, o orador contrapôs, a uma abordagem tradicional, de carácter gramatical e reservando ao aprendente um papel passivo, uma abordagem actual, comunicativa, em que o aluno está no centro do processo.*

*Concluiu com algumas sugestões ao professor, que deverá evitar os extremos de uma correcção permanente e de um deixar andar. Antes encorajando a fluência sem descurar a correcção, dando ao aluno a possibilidade de ser parte activa do processo de aprendizagem. Uma atitude que se pode considerar também como “uma questão de bom senso”. ■*

## Na Escola Secundária Manuel da Fonseca – Santiago do Cacém

# Violência doméstica e violência no namoro na Área de Projecto

**A**proveitando o convite que lhe foi dirigido pela Escola Secundária Manuel da Fonseca, o SPGL participou no passado dia 20 de Março na actividade “Área de Projecto” que envolveu alunos do 10, 11 e 12 anos em torno da questão da violência doméstica, incluindo a violência no namoro. O médico Mário Santos – Presidente da Associação dos Médicos de Saúde Pública, com larga experiência na saúde escolar, expôs as razões que explicam a violência na adolescência, constatando que a maior violência se verifica nos rapazes entre os 12 e os 24 anos. Alertou para a necessidade de atender

a “sinais” que costumam acompanhar situações de violência: o abandono do contacto com os amigos, o uso de crueldade gratuita por exemplo com animais, etc. Alertou para o facto de a maioria dos agressores ter uma vida aparentemente normal e insistiu em que a denúncia (mesmo que por mera suspeita) de situações de violência doméstica é um dever.

Carina Martins referiu a actividade da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), sublinhando ser a violência transversal relativamente a classes sociais e nível de cultura. Alertou os estudantes para as diversas técnicas e artimanhas usadas pelos agressores no sentido de intimidar, desmoralizar e

paralisar as vítimas. Sustentou que “a violência não se esquece nem deve ser esquecida”.

Coube a Manuela Goes, da UMAR, alertar para a frequência de formas, por vezes “sofisticadas”, de violência no namoro, como por exemplo o controlo de telemóveis do parceiro, os ciúmes, as pressões sexuais.

Aproveitando esta iniciativa, O SPGL fez a entrega pública do prémio do concurso gráfico “Namoro Violento Não É Amor”, organizado pelo SPGL e de que foi vencedor o trabalho apresentado pelos estudantes do IADE – Lisboa, Andreia Reis e Miguel Oliveira. ■

# As portas que Abril ainda não abriu

**A**s portas da Instituição de Solidariedade Social – Externato Educação Popular – fecham-se sempre que é convocada uma reunião pelo Delegado sindical e dinamizadas pelos dirigentes.

Não, não recuámos no tempo pois estamos em 2009, 35 anos após o 25 de Abril de 1974. Mas a Direcção desta Instituição desconhece, provavelmente, ou ignora o que está consagrado no artigo 55º da Constituição da República Portuguesa – “O Direito ao Exercício da Actividade Sindical na Empresa” –. Com esta atitude de prepotência, do poder pelo poder, impede-se, assim, o que está consagrado na Constituição e no Código do Trabalho.

Perante esta situação, o procedimento a adoptar pelos dirigentes é o de chamar a P.S.P. para dar conhecimento da ocorrência e enviar ofício à A.C.T. de modo a denunciar e pedir intervenção deste organismo.

O procedimento da A.C.T. será o de averiguar os factos e, à luz do Código de Trabalho, constituir uma contra-ordenação muito grave, tendo a Instituição de pagar uma coima.

Esta coima é paga pela Instituição com financiamento do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Segurança Social, ou seja, com o dinheiro dos impostos que os contribuintes pagam.

Assim, é importante e urgente que quem financia fiscalize para onde estas verbas estão a ser canalizadas, não sendo, certamente, para reverterem novamente para o Estado.

Daí que o S.P.G.L. já tenha denunciado às autoridades competentes A.C.T. (Autoridade para as condições do Trabalho) e tudo fará para que se cumpra o que está legislado, quer na revisão do código de trabalho quer na Constituição da República Portuguesa. Esta atitude de prepotência, autorita-

rismo e desrespeito por valores fundamentais a que os trabalhadores têm direito: a estarem informados e o delegado sindical poder exercer as suas funções pois “os representantes eleitos dos trabalhadores gozam do direito à informação e consulta, bem como à protecção legal adequada contra quaisquer formas de condicionamento, constrangimento ou limitação do exercício legítimo das suas funções”, artigo 55º, ponto 6, da Constituição da República Portuguesa, nada contribui para uma

escola democrática.

Ou será que o objectivo da Direcção da escola é o de não querer que Educadores e Professores estejam devidamente informados dos seus direitos?!!

Mas “as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as encerra” e, por isso, o S.P.G.L. fará todas as diligências para que a legislação seja cumprida em prol da informação e do respeito que Educadores e Professores do Externato de Educação Popular têm direito. ■



fotografia - Henrique Machado

## Ensino Particular, Cooperativo e IPSS

### Tabelas salariais IPSS's ano 2008

Foi publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, nº 11, 22/03/2009 o Contrato Colectivo de Trabalho acordado entre a CNIS e a FENPROF.

As Tabelas salariais e as cláusulas de expressão pecuniária vigoram pelo período de um ano e produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008. Caso o seu vencimento ainda não

tenha sido actualizado de acordo com as respectivas tabelas deverá contactar o SPGL através do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's através do telefone 213819151/2 ou do e-mail [epc.ipss@spgl.pt](mailto:epc.ipss@spgl.pt). Para consultar as tabelas salariais poderá fazê-lo através do site do SPGL: <http://www.spgl.pt/>

### Acção do SPGL na E.P. de Setúbal

Após um ano e meio de conversações que se revelaram infrutíferas, entre um grupo de professores internos/do quadro e o Director da Fundação Escola Profissional de Setúbal, Manuel Pisco Lopes, decidiram alguns elementos, desse mesmo grupo de professores, sindicalizados no SPGL, levar as questões laborais da Fundação Escola Profissional de Setúbal a Tribunal de Trabalho.

As questões prendem-se com a recusa, por parte da Direcção da Escola em aplicar o CCT do EPC, pretendendo antes regular arbitrariamente as condições laborais dos docentes internos/do quadro.

De referir que, ao longo deste período, a actuação dos professores sempre se pautou pela via do diálogo para preservar o bom nome da escola, reunindo-se várias vezes com a Direcção da Escola e tendo mesmo encetado a mediação da Presidente da Câmara, Maria da Dores Meira, do SPGL e até do ACT – todavia, tais acções foram inconclusivas, degradando-se irremediavelmente as condições laborais nesta Escola. Assim, resta, como último recurso a via contenciosa para o esclarecimento definitivo destas questões laborais, através da intervenção ao Tribunal de Trabalho de Setúbal.

### Renovado e melhorado o Seguro de Saúde da Açoreana disponibilizado aos associados do SPGL

Através do protocolo agora celebrado entre a Direcção do SPGL, a correctora de seguros SECRE e a Açoreana Seguros, foi conseguida a renovação e a melhoria do seguro de saúde que tem vindo a ser disponibilizado exclusivamente para os associados do Sindicato e os seus familiares directos (cônjuges e filhos). As melhorias introduzidas neste seguro de saúde abrangem os actuais e os futuros aderentes, e serão aplicadas já a partir de Junho, sem qualquer aumento do prémio que está a ser actualmente praticado. Traduzem-se, designadamente, na possibilidade de os aderentes poderem optar a partir de Junho entre o recurso a uma vasta rede de serviços clínicos e hospitalares a que poderão aceder através

do Cartão de Saúde que lhes será entregue ou recorrer à comparticipação nas despesas realizadas fora da rede (como tem funcionado até agora) mediante a apresentação dos documentos comprovativos. No folheto que acompanha esta revista, poderão todos os interessados encontrar mais informação sobre as características e coberturas deste seguro de saúde. Também poderão encontrar informação mais desenvolvida sobre a adesão a este seguro de saúde e as suas condições gerais e especiais no sítio Web criado para o efeito – [www.secre.pt/spgl](http://www.secre.pt/spgl) - ou através da Linha Verde (800 202 675) que passará a funcionar nos dias úteis das 10H00 às 13H00 e das 14H00 às 18H00.

Professores portadores de Habilitação Suficiente a leccionar em Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo

### Protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e a AEEP

Foi assinado no final do mês de Janeiro de 2009 um Protocolo entre o Ministério da Educação e a AEEP, que estabelece, entre outras, as seguintes condições:

- O Ministério da Educação, através das Direcções Regionais, compromete-se a emitir autorizações provisórias de leccionação (APL), para os anos lectivos de 2008/2009 e 2009/2010;

- Excepcionalmente, também para o ano lectivo 2010/2011, apenas no caso de docentes que, comprovadamente, estejam a terminar a aquisição das necessárias habilitações.

Também acordaram as partes, que aos docentes com mais de quarenta anos de idade que estão a leccionar no presente ano lectivo 2008/2009 com APL, renovada há mais de 15 anos consecutivos, é concedida autorização definitiva de leccionação no Ensino Particular para os mesmos níveis e disciplinas.

A partir do ano escolar 2010/2011 a habilitação profissional é condição indispensável para o desempenho da actividade docente, pelo que, a partir desse ano, a aquisição dessa habilitação passará a ser, exclusivamente, da responsabilidade dos docentes.

Para mais informações/ esclarecimentos deverá contactar o Departamento do Ensino Particular e Cooperativo/ IPSS do SPGL, através do telefone - 213819151/2 ou do e-mail [epc.ipss@spgl.pt](mailto:epc.ipss@spgl.pt) e para consultar o Protocolo poderá fazê-lo através do site do SPGL: <http://www.spgl.pt/>

# CONCURSOS 2009-2013

## A estabilidade que o M

Sob o slogan “estabilidade das escolas”, esta equipa do Ministério da Educação (ME) impôs que a colocação e a mobilidade dos docentes nas escolas passasse a ser quadrienal. Passada a fase inicial de colocação por 3 anos, inicia-se este ano a colocação dos docentes através de um concurso que, a manter-se a actual legislação, só se voltará a realizar em 2013. A experiência com concurso para 3 anos não conduziu à anunciada estabilidade das escolas. Para resolver uma série de problemas decorrentes dessa medida, o ME recorreu ao longo dos 3 anos a expedientes de ordem administrativa que, à margem dos concursos, resolveram sucessivos problemas:

Perante a falta de docentes para os grupos de recrutamento de E. Especial, a colocação dos docentes foi feita por convite; por deslocação de docentes dos quadros de grupos de recrutamento diferentes dos da E. Especial com horário zero para os horários vagos...

Os docentes dos QZP sem componente lectiva foram sendo deslocados administrativamente, à margem de concurso, para outros QZPs.

Ainda no que à Educação e Ensino Especial diz respeito, o ME tem tentado fazer diminuir artificialmente o número de alunos com necessidades educativas especiais (Nee's) e, em consequência, não avaliou correctamente as reais necessidades das escolas. De facto, durante os últimos três anos lectivos, o Ministério da Educação monitorizou os agrupamentos em relação aos alunos com Nee's,

mantendo o número de docentes colocados em quadro de agrupamento igual ou inferior aos docentes colocados em destacamento. Desta situação resulta que o número de docentes, considerados como necessidades transitórias (em destacamento), é igual ou superior ao dos docentes considerados necessários para responder às necessidades permanentes das escolas/agrupamentos. Porém, mesmo neste contexto, o ME continuou a não acautelar, as efectivas necessidades das escolas/agrupamentos.

Por outro lado, e de uma forma geral em todos os grupos de recrutamento, para fazer face às necessidades que foram ocorrendo ao longo dos 3 anos em que não se realizou concurso para ingresso nos quadros, o ME recorreu à contratação, de uma forma geral em situação bastante precária, fazendo aumentar significativamente o número de docentes contratados nas escolas e agrupamentos.

Para o ME a realização espaçada de concursos poderá ser uma medida positiva. Para os docentes, particularmente para os docentes que procuram obter estabilidade de emprego através do ingresso nos quadros (mais modernamente, através da celebração de contrato por tempo indeterminado), este não é certamente o caminho! Atente-se na situação dos docentes e dos candidatos à docência que terminam a sua formação profissional em Junho... só poderão pensar obter alguma estabilidade em 2013. Até lá, serão sucessivamente contratados com contratos cada vez mais precários, nomeadamente

por oferta directa de escola, com um número de horas reduzido e a termo resolutivo.

### O embuste das vagas – que estabilidade?

Esta equipa do ME propôs-se mais recentemente terminar com os QZPs. Pensaram certamente alguns que, a esta medida, corresponderia a abertura de um número significativo de lugares de quadro de escola e/ou agrupamento. Também a enorme corrida dos docentes dos quadros à aposentação, mesmo que com penalização, levaria a prever que o número de vagas seria significativo. Esta esperança gorou-se contudo, definitivamente, quando confrontado o número de vagas a concurso com o número de docentes dos QZPs que obrigatoriamente terão de concorrer aos quadros de escola/agrupamento. Para um total de 19214 vagas de QE/Q.QAgrp., colocadas a concurso, existem como potenciais candidatos 28830 docentes de QZPs (número de docentes dos QZPs que em 2006 concorreram à afectação, tendo ou não obtido colocação)!

Se analisarmos estes números por grupo de recrutamento verifica-se que dos 34 grupos de recrutamento, em apenas 6 o número de docentes de QZP é inferior ao número de vagas colocado a concurso – 290 Ed. Moral; 350 Espanhol; 540 Electrotecnia; 550 Informática; 910 Ed. Especial 1 e 930 Ed. Especial 3. De sa-

Grupo disciplina	100	110	200	210	220	230	240	250	260	290	300	310	320	330	340	350	400	410	420	430
Soma vagas negativas	-88	-2	-66	-87	-56	-58	-134	-56	-35	-28	-268	0	-80	-210	-4	-2	-100	-47	-101	-110
Soma vagas Positivas	1074	9083	333	114	339	761	448	130	219	34	565	0	63	325	0	214	370	238	219	120
TOTAL	986	9081	267	27	283	703	314	74	184	6	297	0	-17	115	-4	212	270	191	118	-60
Número de QZP's em 2006	2904	13982	635	197	516	827	564	221	372		1371		75	892	37		747	378	405	1300



# ME anunciou...

liantar que em 4 dos grupos de recrutamento atrás indicados, não existia qualquer professor colocado em QZP.

Por outro lado, existindo no mapa de vagas 2631 lugares que não serão recuperados se houver movimentação dos docentes aí colocados, menor será a probabilidade de entrarem nos quadros novos candidatos.

Contudo e, apesar de estarem conscientes desta situação, os responsáveis do ME não hesitaram em afirmar que existem cerca de 2600 lugares para docentes contratados!?

Como explicar tal situação?

Se tivermos em atenção as normas impostas às escolas/agrupamentos para a definição do número de lugares de quadro, rapidamente compreendemos o resultado obtido: as escolas não só foram impedidas de considerar o número de horas que não fossem as horas estritamente lectivas dos horários dos docentes como foram impedidas de incluir nos mapas as horas correspondentes aos cursos profissionais, CEF, etc.

Outra medida que fez diminuir o número de lugares de quadro foi a opção por contratação directa pelas escolas dos docentes para as escolas enquadradas nos TEIP que, a nível nacional são 59! Mesmo sem ter iniciado sequer a negociação sobre a regulamentação desse recrutamento com as organizações sindicais, o ME retirou essas 59 escolas/agrupamentos do aviso de abertura dos concursos, retirando, na prática essas vagas do concurso nacional.

## Professores impedidos de concorrer ao concurso nacional

Outra novidade do concurso é a impossibilidade dos docentes com habilitação própria para a docência se candidatarem. Tal medida é aplicada a todos os grupos de recrutamento, mesmo aos grupos de recrutamento onde não existe qualquer oferta de profissionalização. Esta medida tem efeitos perversos para um conjunto alargado de docentes, alguns, com um número significativo de anos de serviço que só poderão obter colocação através dos concursos de oferta de escola.

Mantém-se a impossibilidade de candidatura ao concurso dos professores declarados incapacitados. Tal medida é profundamente gravosa para todos os docentes nestas condições que estão colocados muito longe da residência.

Estamos pois perante mais um feroz ataque desta equipa ministerial e deste governo à estabilidade dos docentes e das escolas... A estabilidade das escolas e dos docentes só se alcança com os docentes colocados nos quadros das escolas/agrupamentos trabalhando empenhadamente nos respectivos projectos educativos - não parece ser esse o entendimento do ME e do governo - não demorará muito tempo para ouvirmos Maria de Lurdes Rodrigues ou, o próprio primeiro ministro, a clamarem pela boa gestão dos recursos feita nas escolas - aumento dos alunos (à custa dos vários

cursos profissionalizantes que não são considerados para o cômputo de vagas de quadro) e diminuição dos docentes dos quadros pois a contratação precária aumentará necessariamente. Isto é, gestão empresarial pura e dura mesmo em tempo de crise... ■



## Jornadas Pedagógicas

Como tem sido habitual, estão a decorrer as Jornadas Pedagógicas da Direcção Regional de Lisboa, das quais aqui se apresenta a visita realizada à Lagoa de Santo André.

Apesar dos ataques que o ME tem feito aos professores com o actual ECD, no sentido de os obrigar a ficarem fechados entre as paredes das suas escolas, reduzindo e limitando as autorizações para a frequência de acções de formação, o que dificulta o contacto com outras realidades bem como a aquisição de maiores conhecimentos, continua a ser constante a presença de professores(as) nestas jornadas, sejam elas de cariz teórico (Acções realizadas nas instalações da Sede do SPGL) ou de simples observação e estudo através das Visitas ao exterior.

O carácter formativo mas também lúdico de que se revestem as Jornadas Pedagógicas continua a demonstrar a sua importância para todos os participantes. ■

Isabel Gaspar

30	500	510	520	530	540	550	560	600	610	620	910	920	930	
90	-75	-83	-53	-316	-24	-63	-79	-182	-1	-35	-78	-27	-3	-2631
29	834	512	608	38	46	606	1	224	9	738	867	34	39	19214
31	759	429	555	-278	22	543	-78	42	8	703	789	7	36	16583
31	973	736	912	36	14	573	10	315		1007				28830

# Estereótipos de género nos Manuais Escolares

Apesar das muitas alterações verificadas e da evolução ao nível da representação da diversidade social e cultural, a escola continua a reproduzir modelos desactualizados e estereotipados da realidade.



**Albertina Pena**  
CIMH/SPGL

*A legislação existe e prevê a eliminação das diferenças e da invisibilidade, contudo a mudança de mentalidades é mais lenta. Por exemplo as relações de poder, os modelos de família tradicionais, que surgem em alguns manuais escolares, continuam a não representar a realidade, a diversidade social e cultural e a forma como ela está organizada, na relação face ao poder, às questões de género e a outros grupos sociais.*

*A linguagem transforma o pensamento e a representatividade simbólica. No real social os indivíduos posicionam-se de forma diferente face aos poderes hierarquizados.*

*A linguagem pode ser um meio de discriminação porque ela não representa*

*os indivíduos no seu todo. Numa idade, a escolar, numa fase de construção de identidades, esta forma de apreender o mundo é claramente insuficiente, vista apenas de um só lado. Os papéis sociais de género são assim reproduzidos e interiorizados de forma assimétrica. Os programas mais actuais já incluem várias realidades, até então votadas à invisibilidade, como sejam o protagonismo das mulheres na História, a sua importância e contributo decisivo nas ciências, no pensamento científico, batalhas e revoluções.*

*A linguagem dominante, a utilização do masculino como universal, representam um falso neutro.*

*A não utilização de uma linguagem inclusiva torna as ausências uma parte menos importante da História. A representação da diversidade deve ser feita em paralelo, não se sobrepondo umas*

*vozes às outras. A diferença não pode significar a exclusão, porque significa a privação de participar numa cidadania plena e activa em todas as esferas do social. Dar nomes ao masculino e ao feminino é uma exigência que requer uma alteração profunda no modo de ver o que nos rodeia.*

*Deveremos ter em atenção, aquando da selecção dos diversos manuais escolares, que eles reproduzam a realidade, a diversidade do pensamento e de organização social, numa linguagem inclusiva. Por exemplo: profissões exercidas por homens e mulheres, partilha de tarefas, visibilidade das mulheres, devem ter igual representação quer escrita quer icónica, numa clara desmistificação da construção do social, das identidades e da representação estereotipada dos papéis de género.*

*A nossa atenção deve ser crítica e exigente por forma a contribuir para uma escola mais democrática, igualitária e co-educativa. Não devemos ser o veículo da reprodução de assimetrias. As nossas escolhas devem ser conscientes e exigentes sendo que a responsabilidade de um futuro menos violento e desigual depende dessas escolhas.*

## Lei nº 47/2006 de 28 Agosto (Artigo 11º)

(...)

2- As comissões de avaliação atendem também aos princípios e valores constitucionais, designadamente da não discriminação e da igualdade de género.

3- As comissões de avaliação atendem também à diversidade social e cultural do universo de alunos a que se destinam os manuais escolares, bem como à pluralidade de projectos educativos das escolas.

7 de Março

## Cordão Humano

Cerca de 10 000 professores e educadores ligaram, sob a forma de cordão humano, o Ministério da Educação à residência oficial do Primeiro-Ministro e à Assembleia da República numa acção promovida pela Plataforma Sindical dos Professores. De salientar a forte presença de docentes da área de Lisboa e, em particular, do SPGL.

No Ministério da Educação a Plataforma entregou um documento com as razões da nossa luta. Recebeu-o

um chefe de gabinete. Na residência oficial do Primeiro-ministro a indicação dada pelos serviços foi a de que a portaria estaria aberta até às 17h. Ninguém disponível para receber um documento dos sindicatos. Ilustrativo. Comportamento bem diferente teve o conjunto dos partidos com assento na Assembleia da República. Todos, sem excepção, receberam e dialogaram com delegações da Plataforma.

No final, realizou-se um plenário em



fotografia - Jorge Caria

frente à Assembleia da República com intervenções dos dirigentes das diferentes organizações. António Avelãs falou em nome da FENPROF e Mário Nogueira encerrou as intervenções com um sentido apelo à continuação da luta. ■

13 de Março

## 200 000 em Lisboa

# por mais emprego, salários e direitos, em Manifestação promovida pela CGTP



“Mudar de Rumo” foi a exigência apresentada pela CGTP nesta mega-manifestação que percorreu caminhos bem conhecidos de todos os professores: do Marquês de Pombal aos Restauradores. Mudar de rumo – Por mais emprego, por emprego com melhores salários e por emprego com direitos foi a exigência gritada pelos cerca de 200 000 trabalhadores dos sectores público e privado e que contou com a presença de algumas centenas de professores entre os quais muitos da área da SPGL.

“Queremos uma sociedade onde se privilegie a dimensão humana como factor do progresso, que reparta a riqueza de forma mais justa, que respeite e dignifique quem trabalha, que recentre o papel do Estado e promova serviços públicos de qualidade a favor dos portugueses e do desenvolvimento do País.

(...)

Por isso vamos continuar a lutar contra as alterações da legislação laboral da Administração Pública que põe em causa o

vínculo de nomeação para a generalidade dos trabalhadores e a respectiva estabilidade do emprego, promove a destruição das carreiras profissionais, compactando-as somente em três novas carreiras e introduz os mecanismos de inadaptação e mobilidade especial que, aplicados de forma discriminatória, podem fomentar arbitrariedades, pressões e chantagem, inadmissíveis sobre os trabalhadores.”

(Da resolução “Mudar de Rumo” apresentada no final da manifestação) ■

fotografia - Jorge Caria

# Fruto directo da intervenção do SPGL Concretizada a Profissionalização pela Universidade Aberta

**F**oi assinado em 10 de Fevereiro um Protocolo de Colaboração entre o SPGL, representado pelos seus Presidente e Vice-Presidente, respectivamente professores António Avelãs e Óscar Soares, e a Universidade Aberta, representada pelo seu Reitor Professor Doutor Carlos Reis.

A finalidade deste protocolo é “promover e apoiar a formação de docentes no âmbito dos cursos ministrados pela Universidade Aberta, designadamente a acções de formação visando a profissionalização de professores com habilitação própria”.

Para atingir tal fim a Universidade Aberta colaborou com o SPGL na elaboração de um projecto de formação destinado a efectuar a profissionalização de actuais professores contratados com habilitação própria.

Depois de vários meses de diligências persistentes junto da Universidade Aberta e da Secretaria de Estado da Educação, esta comunicou à UA o reconhecimento do curso de profissionalização proposto pela Universidade Aberta.

Nessa comunicação estabeleceram-se as condições a que devem obedecer as

candidaturas à referida acção de formação, com a exigência de se possuir pelo menos 6 anos de serviço, completos, em 31 de Agosto de 2009, devendo a profissionalização estar concluída até 31 de Agosto de 2010.

A leitura que o SPGL faz desta concretização da possibilidade de profissionalização pela UA é extremamente positiva, pois ela viabiliza a resolução do problema de alguns milhares de professores não terem habilitação profissional, apesar de leccionarem nalguns casos há muitos anos. Isto é de extrema importância pois, como sabemos, a nova regulamentação dos concursos imposta pelo ME impede aos professores de habilitação própria de concorrerem, excluindo-os do concurso nacional. A Direcção do SPGL valoriza nomeadamente a aceitação pelo ME de não considerar como condição de entrada nessa formação que o professor esteja a leccionar no actual ano lectivo, contudo, não podemos deixar de chamar a atenção para dois aspectos negativos:

Em primeiro lugar a alteração da exigência de tempo de serviço de 5 anos até 31 de Agosto de 2008 – que sempre foi a

solução que se formulou na fase de debate desta situação, para 6 anos até 31 de Agosto de 2009, que vem frustrar expectativas criadas.

Por outro lado, o facto da solução encontrada não resolver o problema da falta de habilitação profissional de alguns milhares de professores com menos de 5 anos de serviço é profundamente negativa e deixa-nos perante uma obrigação: - propor ao Ministério da Educação e com ele negociar uma solução para estes colegas. É esse o desafio que nos propomos depois de concretizado plenamente o arranque e normal funcionamento desta “Profissionalização pela Universidade Aberta”.

Uma última nota – o protocolo assinado dá, aos associados do SPGL e dos outros sindicatos da FENPROF, o direito a um desconto de 15% nos custos de inscrições, matrículas e propinas. Tal desconto tem algum significado embora não seja o mais importante, o que neste caso é claramente a organização e validação do curso de “profissionalização extraordinária pela Universidade Aberta”.■

## Reuniões de Contratados

**Deolinda Martin**  
Direcção do SPGL



No passado dia 25 de Março realizaram-se, sequencialmente, duas reuniões de professores contratados e desempregados, - durante a manhã com os colegas com habilitação própria e à tarde com os restantes docentes precários.

Durante a manhã, a questão da profissio-

nalização dominou o debate, procurando-se caminhos que possam trazer alguma solução para quem, neste momento, está impedido de ir a concurso apesar de, contraditória e incongruente, em relação aos candidatos ao grupo de Espanhol se admitir uma excepção, dando-lhes a possibilidade de poderem concorrer quer com habilitação própria quer com cursos que nem têm equivalência a bacharelato. À tarde, a reunião e o debate tiveram como enfoques principais quer o esclarecimento de dúvidas relativamente aos concursos quer a vinculação dinâmica, referindo-se que há professores contratados com mais de dez anos de serviço, a

serem colocados anualmente na primeira cíclica o que, na prática, demonstra que os quadros dos agrupamentos não estão de facto adequados às reais necessidades e que o ME opta por uma política de precariedade, esquecendo a estabilidade como eixo fundamental para a construção do trabalho pedagógico numa linha de continuidade, de envolvimento quer com os alunos quer com as comunidades locais.

No final de ambas as reuniões, aprovaram-se duas moções que reflectem as posições assumidas por estes professores quer no que respeita a medidas a defender quer a formas de luta adoptar.■

# 35º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

## Inter-reformados/USL

No quadro do 35º aniversário da revolução de Abril, e por iniciativa da Inter-reformados/USL, teve lugar dia, 18 de Abril, no INATEL/Foz do Arelho, um debate comemorativo com a presença do anti-fascista Manuel Pedro.

Ao debate seguiu-se um almoço e uma visita ao Museu da Resistência, em Peniche.

A Direcção Regional de Santarém convida os sócios do SPGL, todos os professores e a população em geral a participar nas comemorações do 25 de Abril, em Santarém.

**22 de Abril**

**FÓRUM MÁRIO VIEGAS - 21 Horas**

### PROGRAMA:

**CONTAR HISTÓRIAS DE ABRIL  
POEMAS, CANTARES DE ADRIANO, HISTÓRIAS VIVIDAS**

Com: Paulo Sucena  
Fernando Vicente  
Paulo Saraiva  
Vicente Batalha

## ACORDO DE EMPRESA

# SPGL / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

**António Quitério**

Direcção do SPGL

*Em resultado do processo negocial, iniciado em 2006, o SPGL e a SCML assinaram o Acordo de Empresa a 23 de Janeiro de 2009 e já publicado em Boletim de Trabalho e Emprego n.º 6 de 2009.*

*As relações laborais entre a SCML e os seus trabalhadores vinculados, por contrato individual de trabalho, ficam agora reguladas não só para os associados do SPGL (educadores de Infância, monitores ou docentes da Escola Superior de Saúde de Alcoitão) mas também para aqueles que individualmente queiram aderir ao AE.*

*O SPGL pautou a sua intervenção pela defesa dos profissionais que representa garantindo e propondo melhores condições de trabalho tendo como referência*

*os Estatutos das Carreiras Docentes públicas dos educadores de infância e do ensino superior politécnico.*

*Neste processo negocial está contemplado:*

*a) Horário de trabalho e sua regulamentação do ECD; uma só categoria; acesso ao último nível remuneratório (equivalente ao índice 340 do ECD) com grau de licenciatura ou formação complementar na área da docência ou em ciências de educação.*

*b) Horário de trabalho, categorias, progressão e níveis remuneratórios estipulados no Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico.*

*c) Uma cláusula de salvaguarda de tratamento mais favorável.*

*A constituição da Comissão Paritária é obrigatória e tem como objectivo o acompanhamento da aplicação deste AE para interpretar o mesmo e deliberar sobre lacunas detectadas. O SPGL vai estar representado.*

*Para desfrutar de uma informação actualizada sobre a implementação deste AE é imperiosa a participação activa dos trabalhadores, para que o SPGL possa intervir sempre que tal seja necessário.*

*Em simultâneo encontra-se em discussão a matéria salarial para 2009. O papel do sindicato é estar atento, ser interventivo, actuar em prol de justas condições de trabalho, dignificando e valorizando a profissão docente.■*

# O Estatuto dos docentes em funções noutros ministérios ou serviços

**António Quitério**

Direcção do SPGL

A FENPROF/SPGL não assinou nem subscreveu este ECD imposto pelo ME e exigimos a sua revisão imediata, mas existe um número de docentes que pertencendo ao quadro de outros ministérios, organismos e serviços públicos (M. Saúde, M.T.S. Social, ISS, M. Justiça, Serviços Prisionais, M. Defesa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e outros), se encontram em situação de vazio quanto à sua carreira, progressão ou regime de avaliação do desempenho.

Também a aplicação do regime de vínculos dos trabalhadores em funções públicas está a ser colocado em causa sem o cumprimento do estipulado na legislação.

É óbvio que a contestação ao ECD imposto pelo ME e ao seu regime de avaliação está subjacente na nossa reflexão assim como o princípio de que as regras, normas e legislação prevista para a classe docente pública é comum e continua a ser manifesto e defendido por nós.

Mas tem que ser garantido o estatuto profissional docente àqueles que exercem em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes de outros ministérios a quem tem sido sempre aplicado o ECD (DL 139-A/90 com as alterações introduzidas pelo DL 1/98 de 02/01), nomeadamente carreira, progressão e avaliação do desempenho.

Assim a FENPROF/SPGL face à informação que nos chegou sobre a aplicação do SIADAP (Lei n.º 66-B/2007) e da Lei 12-A/2008 aos docentes em exercício noutros ministérios, institutos, serviços ou entidades autónomas públicas releva:

. O ECD aplica-se aos docentes que exerçam funções no âmbito da educação extra-escolar ou se encontrem em situações equiparadas a funções docentes e, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios, ... (n.º 2 e 3 do art. 1.º do DL 139-A/89)

. O ECD do ME continua a afirmar que é aplicável, com as necessárias adaptações, aos docentes em exercício efectivo de funções em estabelecimentos ou instituições de ensino dependentes ou sob tutela de outros ministérios. (n.º 2 do art. 1.º do DL 15/2007)

. O SIADAP considera adaptado o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente previsto no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância

e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, aprovado pelo DL n.º 139-A/90 e alterado pelos DL n.os 1/98, de 2 de Janeiro, e 15/2007; (alínea c) do n.º 4 do art. 86.º da Lei 66-B/2007)

. O novo regime de carreira, vínculos e remunerações considera que nas actuais carreiras e ou categorias (Lei 12-A) não é aplicável ao pessoal a que se refere o artigo 1.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90 e alterado pelos Decreto-Leis n.ºs 105/97, 1/98, 35/2003, 121/2005, 229/2005, 224/2006, 15/2007 e 35/2007 (art. 117.º da Lei n.º 12-A/2008)

É visível que tudo aporta no ECD.

Há um processo negocial que está em falta, a Administração Pública (ministérios, serviços ou institutos públicos) não actuou no sentido da adaptação do ECD do ME, pese embora diversos pedidos de esclarecimento, e de acordo com aquela a subsequente regulamentação. Pela inoperância da Administração não podem os docentes ser prejudicados, as razões que a todos envolve pela qualificação da docência e das condições de trabalho é cada vez mais clara.

Defendemos a escola pública e exigimos uma negociação séria

Não cedemos a processos de avaliação ou transição de carreira que não correspondam ao previsto no ECD e legislação subsequente. ■



Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓC**  
**IOS**



## Contacte-nos



**SPGL**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direcção: direccao@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9192  
•apoiোসocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9143  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Formação SPGL**  
•TEL: 21 381 9120  
•formacao@spgl.pt

**IIL . Instituto Irene Lisboa**  
•TEL: 21 381 9121  
•spgliil@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direcção Regional de Lisboa**  
•Sintra  
Rua Padre Manuel Nobrega,  
Lt 8, Loja A, Algueirão  
2725-085 Mem Martins  
Tel: 219212573 Fax: 219212559  
•Parede  
Trav. Rocha Martins, F - L,  
2775-276 Parede  
Tel: 214563158 Fax: 214563157  
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt  
•Vila Franca de Xira  
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º  
2600-262 Vila Franca de Xira  
Tel.: 263276486 Fax: 263276487  
E-Mail: vilaf Franca@spgl.pt

**Direcção Regional do Oeste**

•Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

**Direcção Regional de Santarém**

•Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-  
gos, 3º B 2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar  
Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656

E-Mail: tomar@spgl.pt  
•Torres Novas  
Lg. José Lopes dos Santos,  
Edif. Santa Isabel - 2º  
2350-686 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

**Direcção Regional de Setúbal**

•Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º  
2900-218 Setúbal  
Tel: 265228778 Fax: 265525935  
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada  
Av. D. Nuno Álvares Pereira,  
21 - 1º Esq  
2800-179 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
E-Mail: almada@spgl.pt



## Por "Terras do Demo" ...

Percurso Aquilino – 12, 13 e 14 de Maio

Para se compreender verdadeiramente a obra de Aquilino Ribeiro necessário se torna embrenharmo-nos no cenário natural e antropológico que o inspirou.

Este é o percurso que vos propomos realizar:

### 12 de Maio

08h00 – Partida de Sete Rios, frente ao Jardim Zoológico.

08h45 – Caldas da Rainha, junto à Sede do SPGL.

12h00 – Aveiro (almoço livre)

18h00 - Chegada a Viseu. Breve visita à cidade. Jantar livre. Alojamento no Hotel Grão Vasco

### 13 de Maio

Visita a alguns lugares emblemáticos dos Concelhos de Sátão, Aguiar da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva, as "Terras do Demo" que Aquilino imortalizou na sua vasta obra literária: Carregal de Tabosa, a terra onde nasceu, o Colégio da Lapa, onde estudou, a Casa onde viveu, em Soutosa.

A Senhora da Lapa é, ainda hoje, santuário de peregrinação, tendo chegado a ser, a par com Santiago de Compostela, um dos mais importantes da Península Ibérica, recebendo peregrinos das sete partidas do mundo. Contíguo ao Santuário foi erigido em finais do Séc. XVI o Colégio da Lapa, onde Aquilino estudou e que está tão presente na sua obra.

A Casa-Museu Aquilino Ribeiro em Soutosa, onde viveu, acolhe memórias do escritor e o seu ambiente está presente em muitas das suas obras.

A visita a esta quinta irá ajudar-nos a compreender o mundo retratado pelo mestre e, quem sabe, despertar-nos a curiosidade de ler alguns dos seus pitorescos romances...

09h00 – Partida do Hotel

09h30 – Paragem em Sátão

11h00 – Visita ao Santuário da Senhora da Lapa

13h00 - Almoço no restaurante "O Judeu", na Lapa (Incluído)

15h30 – Paragem em Carregal

16h00 – Visita à Casa-Museu Aquilino Ribeiro, em Soutosa

17h00 – Visita à Igreja Matriz de Vila

Nova de Paiva

19h00 – Chegada ao Hotel. Jantar livre

### 14 de Maio

09h00 – Saída do Hotel

09h30 - Visita à Sé e Museu Grão Vasco

13h00 – Almoço no Hotel Rural Quinta da Villa Meã, situado em pleno ambiente de Aldeia Medieval do séc. XIII, em Povoide (incluído), seguindo-se uma visita, no local, ao Museu do Vinho.

15h30 – Regresso

Preço – 140€ (incluindo duas dormidas com pequeno-almoço no Hotel Grão Vasco, dois almoços e visitas à Casa-Museu Aquilino Ribeiro e Museu Grão Vasco) Suplemento quarto individual - 40€

### Inscrições até 3 de Maio

## Departamento de Professores e Educadores Aposentados e Direcção Regional de Santarém

# Ficha de Inscrição

Visita 1   
Visita 2

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Sócio: \_\_\_\_\_

Acompanhante(s) nome(s) \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Tel: \_\_\_\_\_ Tm: \_\_\_\_\_

Pagamento da inscrição: Cheque nº \_\_\_\_\_ Do Banco \_\_\_\_\_

No valor de \_\_\_\_\_ € ( \_\_\_\_\_ )

O cheque deverá ser endossado ao SPGL

**PORTO (CASA DE SERRALVES)  
SEIDE (CASA CAMILO CASTELO BRANCO)  
E GUIMARÃES**

### Visita 1

**POR "TERRAS DO DEMO"  
PERCURSO AQUILINIANO**

### Visita 2

(A enviar à Delegação Regional de Santarém até dia 28 de Abril  
Rua Vasco da Gama, nº 16 J – 1º Esqº - 2000-232 Santarém)

(A enviar à Delegação de Caldas da Rainha e sede do SPGL)

**Preço: 120€** - Transporte, dormidas, pequenos-almoços, almoço convívio. E, mais **15€** - caso pretenda espectáculo musical.

**Preço: 140€**  
Inscrições até 3 de Maio

Assinale com um X – SIM  NÃO

**Nota:** Contactos. Tel: 262182586 - Telm: 934230447

**Nota:** Contactos. Tel: 243305790 - Telm: 965580235





Aos  
**SÓCIOS**

## Comissão de Aposentados

Visita de Estudo do SPGL – Direcção Regional de Santarém  
Dias: 1, 2 e 3 de Maio de 2009  
Porto (Casa de Serralves) – Seide (Casa Camilo Castelo Branco) e Guimarães

### Dia 1:

07h00 - Partida de Lisboa - Sete Rios (junto ao Jardim Zoológico)

08h00 - Santarém (Paragem do Shopping)

10h30 - Porto – Visita guiada à Casa de Serralves

13h00 - Almoço livre

Tarde livre

Jantar livre

21h15 - Casa da Música – espectáculo musical “THE LAST POETS” (grupo afro-americano, Cantares do Mundo) – preço 15€ (opcional)

### Dia 2:

09h00 - Partida para S. Miguel de Seide – visita orientada à Casa Museu Camilo Castelo Branco

12h30 - Almoço convívio em Seide  
15h00 - Partida para Guimarães, alojamento no hotel e resto do dia inteiramente livre

### Dia 3:

10h00 - Visita ao Palácio Ducal - Comemorações do 900º aniversário do nascimento de D. Afonso Henriques

13h00 - Almoço (a combinar)

15h00 - Partida para Lisboa

### Nota:

Contactos. Tel: 243305790  
Telm: 965580235



### Tito de Gouveia

(Médico Especialista e Assistente Graduado de Otorrinolaringologia)



**Serviços Médicos SPGL**  
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

## Ressonar..... Um problema cada vez mais frequente

**C**ada vez mais um número maior de pessoas recorrem ao seu médico assistente por rressonarem, perturbando o seu próprio sono, o de outros familiares, e não raras vezes o dos vizinhos.

Estudos recentes referem que cerca de 30% dos adultos sofrem de perturbações crónicas durante o sono e 10% sofrem dessas mesmas perturbações de uma forma intermitente.

Mas afinal porque rressonamos?

Vários factores contribuem, e raramente um só, para a emissão durante o sono do ruído bem característico que todos conhecemos, muitas vezes ensurdecedor e que causam frequentemente conflitos conjugais, familiares e por vezes entre vizinhos até então amigos. Vários casos de polícia já foram noticiados e outros foram o início de conflitos que terminaram na separação conjugal.

O ruído emitido resulta principalmente pela dificuldade de passagem do ar inspirado pela naso e orofaringe, levando à turbulência desse mesmo ar e à vibração das estruturas vizinhas dando origem ao nosso tão bem conhecido “ronco”. Esta dificul-

dade da passagem do ar tem geralmente várias origens e na maioria dos casos vários factores estão implicados.

Um dos factores mais frequentes é a dificuldade em respirar pelo nariz – via fisiológica -, quer devido a alterações anatómicas do próprio nariz muitas vezes de origem congénita ou traumática, ou por uma simples constipação ou alergia. O aumento de peso (obesidade) provoca também uma maior flacidez dos músculos da orofaringe e do palato mole contribuindo para uma maior vibração das estruturas. O aumento de volume das amígdalas, da úvula, da base da língua, isto é, tudo o que provoque o estreitamento da passagem do ar pela orofaringe vai dar origem à turbulência desse mesmo ar e ao aparecimento do “ronco”.

A ingestão de determinadas drogas, por provocarem o relaxamento muscular, a presença de secreções e a posição que adoptamos quando estamos deitados também têm um papel importante. O dormir de “barriga para o ar” geralmente agrava o ruído por contribuir para o estreitamento da via aérea e o acumular de secreções.

Outras das perturbações do sono bem mais graves é a “paragem da respiração”,

a chamada *Apneia do Sono*, dando origem a alterações do comportamento, cansaço inexplicável no dia seguinte e ao adormecimento repentino, responsável por muitos acidentes de viação. Estas apneias frequentemente causam alterações do ritmo cardíaco e da tensão arterial, com consequências imprevisíveis, mas geralmente graves.

O tratamento do rressonar implica a identificação dos factores implicados e a sua correcção. O tratamento dum simples constipação ou alergia podem ser suficientes e fáceis de resolver, mas a simples perda de peso bem mais difícil.

Algumas vezes são necessárias medidas mais enérgicas, recorrendo-se a diversas técnicas cirúrgicas, desde a simples correcção nasal até às intervenções sobre o palato, úvula, amígdalas e base da língua. Nos últimos anos a evolução cirúrgica tem sido grande nesta área, havendo diversos métodos usados para os mesmos fins, desde a cirurgia dita convencional até à cirurgia Laser.

O seu médico Assistente será certamente a pessoa mais indicada para estudar o seu caso e o aconselhar no método mais eficaz. ■



Aos  
**SÓC**IOS

## Legislação

- **Despacho nº 700/09, de 9 de Janeiro**  
Altera o modelo de Gestão do Plano Tecnológico da Educação
- **Despacho nº 2285/09, de 16 de Janeiro**  
Estabelece o regime de exame do nível de iniciação das disciplinas de Inglês e Francês do ensino secundário
- **Despacho nº 3536/09, de 28 de Janeiro**  
Define a calendarização relativa à realização das provas de exame nacionais e dos exames de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário
- **Lei nº 4/09, de 29 de Janeiro**  
Define a protecção social dos trabalhadores que exercem funções públicas
- **Lei nº 7/09, de 12 de Fevereiro**  
Aprova a revisão do Código do Trabalho
- **Despacho Normativo nº 10/09, de 19 de Fevereiro**  
Regulamentos do Júri Nacional de Exames e dos exames dos ensinos básico e secundário
- **Portaria nº 212/09, de 23 de Fevereiro**  
Identifica os requisitos que conferem habilitação profissional para a docência nos grupos de recrutamento da educação especial
- **Dec-Lei nº 51/09, de 27 de Fevereiro**  
Regula o concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como da educação especial

PINTURA  
**COLÓQUIOS**

# Exposição Colectiva

"Ela, a que eles não sabem de si próprios..."  
Joaquim Paes

**Ernani Oliveira** (Pintura, Escultura)

**Vitor Belém** (Pintura, Escultura)

**Silva Palmeira** (Pintura)

**Carlos Oliveira** (Pintura)

**José Cardoso** (Pintura)

**Hernâni Cardoso** (Pintura, Escultura)

Inauguração 21 de Abril  
3ª feira, 18,30h

Patente ao público até 22 de Maio

• Colóquios • Conferências • Exposições • Exposições • Vídeos • Colóquios •  
L.Pedras da Rainha, nº 2 - 890-100 152888  
TEL: 281 9222 Fax: 281 281 01 90  
Instituição do Centro de Estudos de Pedras

ESCULTURA

TEATRO



## Protocolo SPGL com dois empreendimentos turísticos no Algarve

Acaba de ser celebrado pelo SPGL mais um protocolo com a gestão de dois empreendimentos turísticos no Algarve, no concelho de Tavira – Aldeamento Pedras d'el Rei (em Santa Luzia) e Aldeamento Pedras da Rainha (em Cabanas) -, com descontos para associados do SPGL que vão de 10 a 50%, em função das épocas do ano.

Para informações e reservas:

**Pedras d'el Rei / (Gaprei, S.A.)**

Aldeamento Pedras del Rei,  
Sta Luzia, 8800-531 Tavira

Reservas:

Tel: 281380600

Fax: 281380619

Mail: reservas@pedrasdelrei.com

**Pedras da Rainha**

(Pedras da Rainha S.A.)

Aldeamento Pedras da Rainha,  
Cabanas, 8800-591 Tavira

Reservas:

Tel: 281380680

Fax: 281380681

Mail: reservas@pedrasdarainha.com

# Período Probatório

O regime jurídico do período probatório encontra-se previsto no artigo 31º do ECD, na redacção que lhe foi dada pelo DL n.º 15/09, de 19 de Janeiro.

Como decorre da lei, trata-se de um período experimental com duração mínima de um ano escolar que tem como objectivo aferir “a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível”.

Por regra, o período probatório é cumprido no primeiro ano escolar de exercício efectivo de funções do docente na categoria de professor e é acompanhado e apoiado por um outro docente, com a categoria de professor titular, com base num plano individual de trabalho.

A lei prevê, contudo, que este período possa ser suspenso nas situações de ausência ao serviço legalmente equiparadas à prestação efectiva de trabalho, que se prolonguem por um período superior a seis semanas consecutivas ou interpoladas. Estas situações são as que se encontram, taxativamente, previstas no artigo 103º, do ECD, ou seja:

- a) Assistência a filhos menores;
- b) Doença;
- c) Doença prolongada;
- d) Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante;
- e) Licença Sabática e equiparação a bolseiro;
- f) Dispensas para formação;
- g) Exercício do direito à greve;
- h) Prestação de provas de concurso.

Quando cessar a situação que determinou a suspensão do período probatório, o docente retoma o exercício efectivo das suas funções, com vista ao completamento do referido período, mesmo que isso venha a verificar-se noutro ano escolar.

O mesmo sucede se o docente não chegou a iniciar o período probatório por qualquer das referidas situações.

A lei prevê um outro tratamento para os casos em que o docente em período probatório falte justificadamente, seguida ou interpoladamente, por um período de quinze dias de actividade lectiva, por motivos não enquadráveis no citado artigo 103º, do ECD. Neste caso, o período probatório terá que ser integralmente cumprido (repetido) no ano escolar seguinte.

A lei estabelece ainda regras relativas à organização da componente lectiva de estabelecimento do docente em período probatório ao dispor que esta deverá destinar-se, enquanto for necessário, “... à frequência de acções de formação, assistência a aulas de outros professores ou realização de trabalhos de grupo indicados pelo professor de acompanhamento e apoio”.

A avaliação de desempenho do pessoal docente em período probatório é efectuada, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 2/2008, de 10 de Janeiro (cfr. art.º 2º). Os docentes que obtenham a menção qualitativa de “Regular” podem repetir o período probatório mantendo-se em exercício de funções. Neste caso, é-lhes exigido que desenvolvam um projecto individual de formação e uma acção pedagógica que lhes será indicada com vista a superar os aspectos considerados negativos, no âmbito da respectiva avaliação de desempenho.

A atribuição da menção qualitativa de “Insuficiente”, no final do período em questão, determina a exoneração do docente do quadro em que se encontra integrado e a impossibilidade de se candidatar à docência no próprio ano escolar ou no seguinte. Este indeferimento cessará se o docente comprovar que completou a formação contínua supra referida, destinada a superar os aspectos negativos detectados no processo de avaliação.

O tempo de serviço prestado pelo docente durante o período probatório só é contado para efeitos de progressão na categoria de ingresso na carreira e para efeitos de acesso a outra categoria se classificado com menção igual ou superior a “Bom”.

Finalmente, esclareça-se que o artigo 133º, do ECD vem também prever que o período probatório realizado pelos docentes oriundos do ensino particular e cooperativo é reconhecido para efeitos da respectiva transição para o ensino público. Contudo, tal reconhecimento fica dependente de acreditação a efectuar pelo Ministério da Educação, em termos e condições a definir em diploma próprio, que ainda não foi publicado. ■